

X Congresso do PCP

As Teses do Comité Central serão publicadas no próximo «Avante!»

A edição do «Avante!» da próxima semana, que, excepcionalmente, será distribuído na sexta e não na quinta-feira, incluirá uma separata com as Teses do Comité Central para o X Congresso e as propostas de alteração aos Estatutos do PCP. A mais de um mês do Congresso, a realizar no Palácio de Cristal do Porto nos dias 15 a 18 de Dezembro, todo o Partido ficará assim na posse das necessárias bases para o debate preparatório que nas semanas seguintes se irá desenvolver nas organizações.

A ampla divulgação daquele documento, assegurada pela sua publicação no «Avante!», tornará também possível que as análises e as propostas do PCP saiam para fora do Partido e cheguem a todos os trabalhadores, a todos os democratas, proporcionando um vasto debate, aberto e democrático, à imagem e semelhança do Partido que o promove.

Impõe-se desde já criar as condições para que assim seja, nomeadamente através das seguintes medidas, algumas das quais já em prática em várias organizações:

● **Preparação de uma grande venda militante do «Avante!» da próxima semana, garantindo uma larga distribuição por todo o Partido (e fora dele);**

● **Organização (para além da utilização dos canais normais dentro do Partido) de equipas de vendedores nas fábricas, nos campos, nas escolas, nas empresas, nos mercados, nas ruas;**

● **Comunicação aos nossos serviços de distribuição, o mais rapidamente possível, dos aumentos de remessas julgados convenientes;**

● **Preparação das reuniões para debate das Teses.**

Atenção

Chama-se a atenção para a necessidade de na próxima semana assegurar todo o sistema de distribuição que normalmente funciona às quintas-feiras, para a sexta-feira, nomeadamente, no que se refere a recepção e levantamento dos maços. As viaturas da CDL que fazem a distribuição habitualmente na madrugada de quarta para quinta-feira fá-la-ão para a semana na madrugada de quinta para sexta-feira tornando-se assim necessário passar para essa noite as presenças nos Centros de Trabalho para recepção e realizar na sexta-feira de manhã os levantamentos habitualmente feitos à quinta nas expedições por camionetas ou comboios.

MARCHAS DA PAZ NO SÁBADO EM SETE CIDADES



Uma Paz precária

A VERDADE SOBRE

Suplemento OS
EUROMÍSSEIS
A EUROPA
AMEAÇADA

- APELO DO PCP
- MILHÕES DE EUROPEUS SAEM À RUA EM DEFESA DA PAZ

No próximo sábado com início às 15 horas Marchas da Paz em:

- Lisboa (do Saldanha ao Rossio)
- Porto (da praça Carlos Alberto à praça da Liberdade)
- Coimbra
- Évora
- Beja
- Figueira da Foz
- Vila Real de S. António

Pág. 7

INVASÃO DE GRANADA

Acto inqualificável

Pág. 8

O Governo e a Juventude Das promessas às ameaças

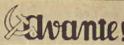
Pág. 5

Interpelação do PCP ao Governo sobre matéria económica

Pág. 4



Pág. 8



SEMANA

19 Quarta-feira



A Procuradoria Geral da República considera ilegal o contrato celebrado entre o Governo e a agência «Notícias de Portugal», por desrespeitar duas cláusulas da portaria que o autorizou, concretamente no que diz respeito ao prazo do contrato (que foi assinado por oito anos quando apenas havia autorização para três) e ainda quanto ao seu valor. Só hoje o Governo PS/PSD torna pública a «Carta de Intenções» acordada com o FMI e subscreve em 9 de Setembro passado pelo ministro das Finanças e do Plano, Ernâni Lopes, e o governador do Banco de Portugal, Jacinto Nunes. As Forças Armadas de Granada anunciam que assumiram o poder «provisoriamente» no país, na sequência da morte do primeiro-ministro, Maurice Bishop, e três outros membros do governo, provocada por disparos feitos pelos militares contra a manifestação de partidários que haviam libertado o primeiro-ministro, até ali colocado em residência fixa. Num comício convocado para comemorar o segundo aniversário da chegada ao poder do PASOK (Partido Socialista Grego), o primeiro-ministro Andreas Papandreu pronuncia um discurso onde anuncia a intenção da saída da Grécia da NATO e a adopção de uma política neutralista. Cerca de 100 000 pessoas manifestam-se em Praga, capital da Checoslováquia, contra os projectos da NATO de instalação de novos mísseis nucleares norte-americanos na Europa.

20 Quinta-feira



Eurico de Melo, um dos três vice-presidentes do PSD, apresenta o pedido de demissão daquele cargo. O PCP considera que a Carta de Intenções apresentada pelo Governo PS/PSD ao FMI consagra «uma total e revoltante sujeição da política económica e financeira nacional», representa «uma afrontosa mutilação da soberania popular» e pretende afectar até 1985 «a própria capacidade de decisão autónoma das instituições democráticas». O PSD de Castelo Branco reclama a demissão do ministro PSD da Agricultura, Soares Costa, por questões de partilha de lugares públicos entre os partidos do Governo. O congresso brasileiro rejeita, com os votos da oposição e também de uma série de deputados do partido do governo, as imposições que o FMI pretendia impor ao Brasil no capítulo de aumentos salariais; poucas horas antes a ditadura decretara o estado de emergência na capital federal, numa tentativa de intimidar os representantes eleitos. Terminam sem acordo os seis meses de negociações travados pelos dez países da CEE sobre a partilha de capturas de arenque no mar do Norte. O Comité Europeu para a Defesa dos Refugiados e Imigrantes (CEDRI) denuncia em Lisboa a farsa eleitoral montada para o próximo dia 16 de Novembro pela junta fascista turca.

21 Sexta-feira

Inicia-se em Lisboa a Conferência Internacional para a aplicação das resoluções da ONU sobre Chipre, com a participação de dezenas de personalidades de todo o mundo, com o objectivo de contribuir para a libertação da ilha da presença militar turca, concretizada por mais de 40 000 soldados estacionados em 36,4% do território cipriota. O Irão anuncia que as suas tropas penetraram 15 Km no território iraquiano para ocupar várias zonas estratégicas do noroeste do país. Manifestantes pacifistas bloqueiam durante algum tempo os acessos aos ministérios da Defesa e da Cooperação Económica da RFA em Bonn, em protesto contra a próxima instalação dos novos mísseis norte-americanos; estas acções seguem-se a muitas outras nos últimos dias na RFA, mobilizando muitos milhares de pessoas, e que vão desde paralizações simbólicas a abaixo-assinados e desfiles. Morre com 83 anos de idade o ex-deputado e dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Gregório Bezerra.

22 Sábado

Inicia-se na Amadora o II Congresso Nacional de Deficientes, que durará dois dias e reúne 750 delegados representando 25 associações; neste primeiro dia de trabalhos foi nomeadamente anunciado que os deficientes (cerca de um milhão, no nosso país) iam requerer a sua aceitação como parceiro social com direito a tempo de antena. A TASS anuncia a acoplagem da nave automática de carga Progress-18 ao complexo orbital Salyut-7/Soyuz T9, que se encontra há vários meses habitado pelos cosmonautas Liakhov e Aleksandrov. O Pentágono anuncia que uma força naval norte-americana, composta por porta-aviões «Independence» e outros navios de guerra e integrando 1900 fuzileiros, se dirige para águas próximas da ilha de Granada. Milhões de europeus ocidentais descem às ruas das suas capitais (nomeadamente Roma, Londres, Bonn, Viena e Berlim Ocidental) e de outras cidades, em protesto contra a instalação dos novos mísseis nucleares norte-americanos.

23 Domingo

Encerram os trabalhos do 1.º Congresso da União dos Sindicatos do Porto (USP) onde estiveram representados 90% dos 300 000 trabalhadores sindicalizados do distrito do Porto; o Congresso, que decorreu durante dois dias num pavilhão de S. Mamede de Infesta, proclamaria nomeadamente a «luta sem tréguas contra o agravamento da crise». Promovido pelo Movimento dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais (MPMCI) realiza-se um encontro de pequenos e médios comerciantes da zona da «baixa» lisboeta, onde foi considerada imoral a nova lei dos horários de trabalho de comércio, que serve «apenas para legalizar os praticados pelos grandes estabelecimentos» e para acabar com o pequeno comércio. Dois atentados em Beirute contra instalações de militares norte-americanos e franceses da força multinacional da ONU no Líbano matam quase duas centenas e meia de militares, a maioria dos quais norte-americanos, e causando um número indeterminado de feridos.

24 Segunda-feira



O secretário de Estado da Cooperação, Gaspar da Silva, afirma que «Portugal não tem outra opção senão integrar-se» na CEE, enquanto o primeiro-ministro Mário Soares e o ministro dos NE, Jaime Gama, afirmaram o contrário recentemente. A direcção nacional do MDM considera que a situação legislativa da mulher sofreu um retrocesso em relação aos direitos alcançados. O antigo presidente do Banco Mundial e ex-secretário de Estado norte-americano da Defesa, Robert McNamara, afirma em Berlim Ocidental que a instalação dos novos mísseis dos EUA na Europa Ocidental não é uma necessidade no estricto plano militar e não pode ser justificada por motivos de segurança. Os EUA invadem Granada.

25 Terça-feira

Inicia-se na Assembleia da República a interpeleção do PCP ao Governo sobre política económica e financeira. Sob a complacência do Ministério da Administração Interna (MAI), um conspirador contra a República Popular de Angola dá em Lisboa uma conferência de Imprensa. Uma pequena força militar resiste com firmeza na ilha de Granada à invasão de tropas dos EUA (pára-quedistas e fuzileiros), acto inqualificável de agressão e violência contra um país soberano, «justificado» por Reagan como necessário ao restabelecimento da «democracia», onde, segundo o presidente norte-americano um «grupo de bandidos esquerdistas» ocupou Poder. De todo o Mundo, surgem sérias e firmes condenações à invasão de Granada.

Editorial

ACORDO COM O FMI — ATENTADO CONTRA O POVO E O PAÍS

A publicação — sonogada durante quase dois meses pelo Governo Soares/Mota Pinto — do indigno compromisso assinado com o FMI sob o inócuo título «Carta de Intenções», acaba de ser feita a poucos dias apenas da discussão do Orçamento do Estado (OE). Juntamente com a abertura do debate na Assembleia da República da interpeleção do PCP sobre a política económica, trouxe para a primeira linha de questões de actualidade portuguesa os graves problemas económicos, financeiros e sociais que se abateram sobre o Povo português em resultado de uma política de confrontação aberta com o 25 de Abril.

A crise económica e financeira e as suas incidências sociais não começou ontem com o Governo Soares/Mota Pinto. Arrasta-se no tempo. Adquiriu intensidade com o primeiro governo PS sozinho aliado à direita em 1976. Prosseguiu com os governos de direita, assumindo particular agudeza sob o reinado da «AD». Manifesta-se com gravidade extrema sob o actual Governo PS/PSD. O debate da interpeleção do PCP — cujas principais intervenções publicamos neste número do «Avante!» e oferecemos vasta matéria de reflexão e estudo — traz ainda a lume uma outra realidade da situação portuguesa actual: a de que não é possível vencer a crise e resolver os agudos problemas nacionais sem a participação directa, eficiente e patriótica do PCP, sem a competência e o esforço criador dos comunistas.

O acordo/gulhotina com o FMI e a operação política sem sorte de integração de Portugal na CEE, são componentes externas essenciais de um jogo de interesses antagonísticos aos do Povo português e que o Povo português paga caro. Este jogo tem uma estratégia e os seus estrategistas. E os políticos que o executam. Citações lapidárias podem definir uma política. Definem com certeza um político.

A política chama-se «recuperação capitalista, latifundista e imperialista». O político chama-se Mário Soares, secretário-geral do PS e actual Primeiro-Ministro. O processo da contra-revolução em Portugal tem podido contar com executores deste quilate. Disse ele há sete anos em Paris na Conferência dos partidos socialistas europeus ali reunidos, segundo o «Politique Hebdo» de 6 de Dezembro de 1976: «Eu devia pedir ajuda sem condições à CEE — vocês deviam insistir nas condições políticas para a obter: nós organizamo-nos para a resistência (leia-se: resistência ao PCP) sem termos necessidade de dinheiro!».

O SPD fez um grande esforço para nos ajudar. Os resultados da Conferência devem aparecer como iniciativa dos participantes. Eu não devo ter exprimido aqui inquinação especial. Mais tarde, em 1977, quando negociava com o FMI o primeiro «grande empréstimo» Mário Soares insistia: «A recuperação económica de Portugal, o seu desenvolvimento a nível europeu, passa pela integração na CEE». Em 1 de Março deste ano disse no «American Club» de Lisboa aos «businessman» americanos em Portugal estas palavras significativas: «Não há alternativa à CEE (para Portugal), as dificuldades económicas e financeiras portuguesas prendem-se com a falta de agressividade do capitalismo português». Mas já nesse almoço avançou outras esclarecedoras palavras: «Os Estados Unidos são a pedra angular da política externa portuguesa». É a altura da visita a Washington e das suas conversações com Reagan, Shultz, Carlucci e outros dirigentes americanos.

Insólita declaração de anteontem do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal acerca da invasão de Granada pelas tropas lanques, integra-se sem dúvida nesta «pedra angular da política externa portuguesa»... Sim, a CEE... Mas agora já Primeiro-Ministro e há pou-

co mais de duas semanas, Mário Soares, à partida para o «cumeira socialista» de Atenas, debitou outras opções: «Portugal tem outras alternativas à CEE se continuarem a fechar-lhe as portas. Os Estados Unidos por exemplo...» E no regresso voltou a afirmar: «Nós não ficaremos eternamente às portas da CEE».

Mário Soares já levava para a Grécia a célebre «carta de intenções» para o FMI, agora dada a conhecer em linhas gerais aos portugueses. As citações que atrás fazemos estão separadas no tempo. Passou água debaixo das pontes. A CEE tornou-se um barril de contradições insanáveis. O facto de ser composta maioritariamente por países dirigidos por socialistas torna as suas divergências internas ainda mais surpreendentes. A crise geral do capitalismo agravou-se e ameaça o mundo capitalista com uma nova recessão económica e financeira. Sob a espura irresponsável do «cowboy» Reagan o corcel da guerra nuclear morde os freios.

Mário Soares ajustou talvez a agulha da sua bússola para outros rumos. O facto que importa ressaltar é que o novo acordo com o FMI ameaça retirar a Portugal a faculdade de gerir os seus próprios destinos. É um acto que se insere na lógica de uma política safada que o Povo português rejeitou decididamente nas eleições de Abril. Desde o dia em que tomou posse, antecedido de dois meses pela viagem de Soares aos Estados Unidos em plena campanha eleitoral, os portugueses viram-se submetidos a um autêntico duche escocês de medidas inesperadas e brutais que não somente se inserem numa linha de continuidade como constituem uma sequência agravada da política anterior.

Estes quatro meses de Governo PS/PSD trouxeram dos bastidores da nova aliança de Poder coisas até aí escondidas do grande público sobre os conjuntos do PS com as forças sociais e políticas mais reaccionárias da sociedade portuguesa e com o imperialismo; mostraram de novo à luz da ribalta o secretário-geral do PS como político de dupla face; clarificaram alguns pontos obscuros do projecto político-social da nova coligação governante, designadamente quanto aos seus objectivos centrais.

E o objectivo central da coligação PS/PSD — temo-lo dito — é o restabelecimento, o mais acelerado possível, do poder económico e do poder político dos monopólios de que o Governo Soares/Mota Pinto é já uma célula. Nestes pouco mais de cem dias, e no seguimento de cada reunião do Conselho de Ministros, o Povo português tem visto desabar sobre si uma catadupa infernal de novos encargos, novas medidas de «austeridade», novas leis antipopulares. Na interpeleção do PCP sobre a política económica — ainda em debate à hora de fecharmos o nosso jornal — abundam os dados acusadores desta política antinacional. Este conjunto de medidas, exibidas pelos governantes como «actos de coragem», transformaram abruptamente a existência diária dos portugueses, em especial dos trabalhadores, num pesadelo. Portugal de Abril está de novo submetido a um surto, mais duro e mais perigoso do que os anteriores, da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, inaugurada com foros de «institucional», pelo primeiro governo PS em 1976.

Para Soares e Mota Pinto, para os luminares da aliança PS/PSD, para «parceiros sociais» como a CIP, a CAP e a CCP, as graves distorções da nossa economia que se chamam «nacionalizações» e «reforma agrária» e ao seu corolário no plano laboral, como a lei da greve e

outras, vêm da «danada» Constituição da República que temos. A revisão da Constituição tocou «apenas» no sistema de poderes mas deixou intacta a «parte económica». E preciso acabar com essa «lacuna» — grita-se nos arraisais da direita.

Mota Pinto tem várias vezes verberado a intocabilidade da parte económica na revisão da Constituição. O próprio Soares val dando as suas achas para a fogueira. Em 1 de Março deste ano à pergunta do «Washington Post» sobre se «pretende inverter o sistema de nacionalizações em algum sector específico, fazer mudanças na Reforma Agrária e no código do trabalho em ordem a resolver os problemas económicos de Portugal?» respondeu «Penso que sim» em particular «que é necessário mudar na política do trabalho».

Jaime Gama, segundo o «Expresso» da semana passada foi muito mais explícito nesta matéria. Claro, estas ideias «revisionistas» são largamente perfilhadas pelos «nossos amigos americanos» e da CEE. E como forma de pressão e ingerência nas questões internas portuguesas, disse em Abril de 1977 em Viseu o sr. Maurice Collaud, secretário-geral da CEA (Confederação Europeia de Agricultores): «No Mercado Comum não há UCP's»...

O acordo-gulhotina com o FMI é um acto de submissão inadmissível ao capital estrangeiro e ao imperialismo. Significa que o Governo, sob a batuta tecnocrática de direita de um novo «salvador de Santa Comba», se propõe dar à crise económica e financeira uma solução monetarista que já meteu água em vários pontos do globo nos chamados «países em desenvolvimento».

Mário Soares disse em Março à revista «ABC» que uma das «balizas muito claras» do seu «socialismo democrático» era a rejeição do «capitalismo monetarista». Mas é essa solução que aplica à realidade portuguesa.

Sabe-se que Soares prima sempre por fazer o contrário daquilo que diz. Com as mesmas promessas, as mesmas «garantias seguras», as mesmas «boas intenções», governantes incautos ou corrompidos pelo imperialismo doutros «países em desenvolvimento» assinaram «Cartas de (más) intenções» que aceleraram as suas economias para o desastre e a bancarrota.

A Argentina, depois de se meter nas garras do FMI, viu o seu crescimento anual do PIB cair de 2,4% para zero, a taxa de inflação atingir em dez anos os 130,8%, o índice dos preços ao consumidor saltou de cem em 1970 para 1472,7 em 1982!

No Brasil, em dez anos, o rendimento nacional «per capita» caiu para 2050 dólares, a taxa de inflação subiu até aos 36,7% em 1980, o índice dos preços ao consumidor passou de 100 em 1972 para 4744,8 em 1982 (!), o serviço da dívida externa absorvia em 1980 3,4% do PNB!

O México, com uma taxa de inflação de 19,3% em 1980 viu-a subir para cerca de 30% em 1982, o índice dos preços saltar de 100 em 1972 para 788 em 1982.

Outros acusam retrocessos mais pronunciados. Todos viram subir a números assustadores o contingente dos desempregados. É este «paraíso» que Mário Soares prepara para Portugal. As suas medidas «inevitáveis» que a interpeleção do PCP desmontou, não conduziram ao prometido bem-estar mas a um agravamento ainda maior da crise económica e financeira, da miséria dos trabalhadores e das camadas mais desfavorecidas, ao aumento do desemprego a níveis excepcionais.

Os acordos com o FMI, como a pré-fracassada integração na CEE, são verdadeiros atentados contra o povo e o País e uma ameaça das mais graves à independência nacional.

Correr com o Governo PS/PSD é uma condição cada vez mais necessária para salvar Portugal do desastre e da bancarrota.



Romesh Chandra recebido por A. Cunhal

No dia 22 de Outubro, Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, recebeu Romesh Chandra, Presidente do Conselho Mundial da Paz, que veio a Portugal para participar na Conferência Internacional pela Aplicação das Resoluções da ONU sobre Chipre, na sua

qualidade de presidente do Comité Internacional de Solidariedade com Chipre. Durante o encontro, que decorreu em ambiente cordial, foram abordados os principais problemas da situação internacional e, em particular, a corrida aos ar-

Vamos salvar o Cávado

Poluição no rio preocupa eleitos APU

A poluição no Cávado foi objecto de análise e discussão por parte dos eleitos da Aliança Povo Unido das zonas ribeirinhas daquele rio, que para o efeito se reuniram no passado sábado na escola Gonçalo Pereira, em Barcelos. Em debate estiveram as principais fontes poluidoras, suas consequências no equilíbrio ecológico do rio, atribuição de responsabilidades pela grave situação e, por último, a apresentação de propostas visando a resolução do problema. Atravessando grande parte do distrito de Braga, as águas do Cávado abastecem as populações de três concelhos e a sua fauna piscícola constitui a fonte de sustento de dezenas de pescadores e suas famílias nos concelhos de Braga e de Espinho. Os efeitos da poluição começaram entretanto a sentir-se a partir do momento em que as unidades industriais instaladas nas margens do rio iniciaram o despejo directo sem prévio tratamento das suas águas residuais altamente poluentes a que se veio juntar a extracção desenfreada de areias do seu leito. De então para cá assiste-se à morte lenta dos peixes, designadamente da truta, enguia, lampreia, robalo e salmão, à destruição (por efeito dos produtos químicos), das redes dos pescadores; à crescente dificuldade na captação de água potável em boas condições e de água para irrigação; à criação de focos de mau cheiro; à destruição da paisagem natural, dos locais de convívio e de ocupação de tempos livres. Depois de responsabilizarem pela degradação da situação os serviços hidráulicos, as Câmaras Municipais, juntas de freguesia e os serviços de saúde, os eleitos da APU apresentaram um conjunto de propos-

Vidreiros Solidariedade e repúdio pela agressão

Da responsabilidade do Governo e do governador civil de Leiria, a violência policial do passado dia 21 na Marinha Grande contra trabalhadores sem salários e sem trabalho desencadeou o repúdio da população daquela vila, assim como numerosos protestos e a exigência de medidas para pôr cobro rapidamente à situação vivida pelos vidreiros naquela região. Dirigido ao Governo foi entregue no Governo Civil de Leiria um documento com duzentas assinaturas de protesto contra a agressão e de solidariedade com os vidreiros e a população da Marinha Grande. A Comissão Local do PCP, repudiando no próprio dia a acção do Governo e das autoridades, iniciava o seu comunicado afirmando que «os 520 trabalhadores da Manuel Pereira Roldão, vivendo uma situação dramática, ao manifestarem-se hoje, ocupando a estrada que liga a Marinha Grande à Nazaré, e a linha do Oeste, foram selvaticamente agredidos com tiros, bastões e cães policiais». Ficaram feridos «mais de 20 mulheres e homens, um dos quais baleado», acrescentava a Concelhia. Lembrando que há mais de três meses sem salários, com a empresa abandonada pelo patrão e o Governo boicotando os financiamentos, os trabalhadores enfrentam «o espectro da fome e da miséria», a Comissão Concelhia do PCP sublinha que «hoje, com o Governo Soares/Mota Pinto, os trabalhadores voltam a ser reprimidos como no tempo de Marcelo Caetano».

manobras de intimidação e provocação comandadas pelo Governo PS-PSD e acabarão por alcançar a satisfação das suas justas reclamações e reivindicações. Afirmações públicas de protesto, repúdio e solidariedade com os trabalhadores vidreiros e os feridos foram divulgadas também, entre outras organizações, pela CGTP-IN, pelo secretariado da União dos Sindicatos de Portalegre; Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços; Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras e Mármore; Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalmeccânica e Minas de Portugal; Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local; Sindicatos do Comércio e Escritórios de Leiria, Coimbra e Santarém, e ORT's da Lisnave.

Ballet soviético em Lisboa

Numa iniciativa conjunta do Teatro Nacional de S. Carlos e da Associação Portugal-URSS, realizam-se em Lisboa nos próximos dias 3 e 4 de Novembro dois espectáculos do conjunto de Ballet Bolchoi-Odessa. Contando com a participação de 60 figuras — estrelas do Bolchoi, Kirov, Odessa e Corpo de Baile do Teatro de Odessa — e tendo como primeira bailarina Maya Plisetskaya, o grupo soviético actuará no Coliseu dos Recreios. A apresentação dos artistas do Bolchoi, cuja qualidade lhes granjeou a grande fama internacional de que disfrutam, insere-se numa digressão que o grupo vem fazendo por vários

países da Europa Ocidental, com assinalável êxito. Do programa destaca-se a apresentação da Chopiniana, de Chopin; a Bela Adormecida do Bosque, de Tchaikovski; Primavera, de Rachmaninov; a Morte da Rosa, de Mahler; Chamas de Paris, d'Asaiev e Carmen, de Bizet. O público lisboeta vai poder apreciar as qualidades dos artistas do Bolchoi, em particular Maya Plisetskaya, distinguida com vários prémios e já consagrada como artista do povo da União Soviética. Os bilhetes para os espectáculos podem ser adquiridos no Coliseu dos Recreios e na sede da Associação Portugal-URSS.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO:
CDL Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa. Tel. 779928/779925/769751.
Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor de Évora: Alcaçova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 693908/699615.

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra. Tel. 28394.

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 766402.

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044.

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda S.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 776557/776570.
Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 381067.

Composto e impresso na Heská Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/82

Tragem do mês de Setembro: 43 540

PCP

Preparar o X Congresso

Divulgar e debater as Teses — uma tarefa para as próximas semanas

O mais tardar até 3 de Dezembro devem ser entregues à comissão de redacção das Teses as emendas, sugestões e críticas aprovadas nas reuniões

Em 4 de Novembro será tornado público o projecto das Teses do X Congresso do PCP. O «Avante!» da semana que vem inserirá

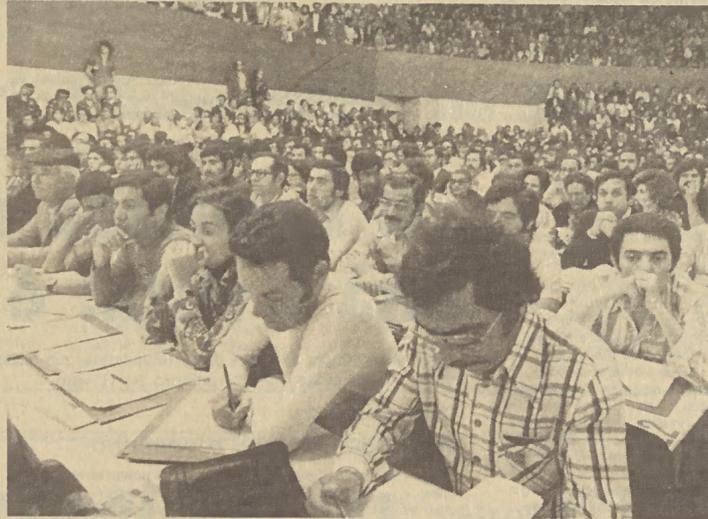
ção partidária, deve ser a primeira tarefa a concretizar com eficácia.

Na sua qualidade de documento público de alcance

divulgação foram já decerto previstos em numerosas organizações e organismos do Partido. Mas não é demais sublinhar a sua forte necessidade, para que as Teses cumpram a função de democraticidade interna que lhes compete, nomeadamente, como acentua também «O Militante», numa «actividade coordenada e ligada às massas, para melhorar o nível ideológico e político dos membros do Partido, para reforçar as organizações partidárias».

Temos cerca de mês e meio para preparar o décimo Congresso. É certo que ele se vai apoiar numa organização poderosa, capaz de definir as direcções do trabalho e controlar a sua execução. Mas, citando ainda «O Militante», o fortalecimento ideológico e político do Partido, o fortalecimento da sua unidade combativa exigem que se eliminem deficiências, que sejam vencidas «algumas importantes debilidades».

Assim, será proposto



Congressos do PCP: o trabalho começa muito antes

também ao estudo, à análise e à discussão, por parte de todos os camaradas, algumas alterações aos Estatutos do PCP. Essas alterações correspondem às «experiências colhidas nos últimos anos, que é necessário consagrar naquele documento central do nosso Partido», designadamente com o fim de ajudar «a de-

velopar o conhecimento e a compreensão dos traços orgânicos» do nosso grande colectivo e a elevar o seu nível ideológico.

Os calendários de reuniões de debate e eleição de delegados devem estabelecer-se sem demoras. Devem ser aproveitados convenientemente todos os fins-de-semana de Novembro,

e também os outros dias desse mês, sempre que possível.

O mais tardar até 3 de Dezembro, devem ser entregues à comissão redactora das Teses as emendas, sugestões e críticas aprovadas nas reuniões.

Antes de tudo — e aqui é de salientar a actividade a desenvolver pelos organismos dirigentes das grandes organizações, começando pelas Direcções de Organização Regional — a boa preparação do Congresso dependerá do grau de mobilização atingido.

A preparação do X Congresso pode inclusivamente facilitar as tarefas de recrutamento. «Para permitir uma grande participação — assinala «O Militante» — será necessário, em relação às organizações numerosas (organizações concehlias, de freguesia, mas também células de empresa e outras) subdividir as reuniões» de debate e votação, designadamente no sentido de facilitar a participação das mulheres e dos jovens.

A discussão das Teses exigirá um grande empenhamento dos quadros e de todos os camaradas capazes de actuarem no sentido do aprofundamento da análise política e ideológica, das questões de organização, do sentido das lutas e do desenvolvimento da batalha pela unidade, para que o Partido saia ainda mais forte e mais coeso do seu décimo Congresso e para que sejam postas em prática eficaz as suas resoluções.

O Governo PSD/PS e o FMI

Revoltante sujeição

Face à divulgação da «Carta de Intenções» apresentada em Setembro passado ao FMI pelo Governo PS/PSD, considera-se necessário acentuar:

1. O facto de a «Carta de Intenções» só agora ter sido divulgada, já depois de ter sido celebrado o acordo com o FMI, confirma inteiramente que o Governo PS/PSD escamoteou deliberadamente ao conhecimento do Povo português opções, orientações e decisões de excepcional gravidade para a vida nacional.

2. A referida «Carta de intenções» consagrando uma total e revoltante sujeição da política económica e financeira nacional às receitas, aos interesses, ao controlo e à interferência do FMI, representa uma afrontosa mutilação da soberania popular e nacional e pretende ostensivamente afectar até 1985 a própria capacidade de decisão autónoma das instituições democráticas.

Só um governo completamente desprovido do mais elementar brio patriótico e tão profundamente divorciado dos interesses e necessidades nacionais quanto agente consciente dos interesses do grande capital e do imperialismo, poderia ter subscrito semelhante «Carta de Intenções».

Com efeito, é indispensável sublinhar que a «Carta de Intenções» e o acordo com o FMI, longe de serem o triste resultado de negociações realizadas por um governo vergado por um alegado «estado de necessidade» a quem foram impostas condições humilhantes e gravosas orientações, constituem, mais rigorosamente o resultado de uma aliança e de uma identidade de concepções, interesses e objectivos entre o Governo PS/PSD, apostado na reconstituição do poder do grande capital, e uma instituição financeira do imperialismo, apostado em impedir o desenvolvimento independente de Portugal e de muitos outros países e em agravar os seus laços de dependência económica e política.

3. A «Carta de Intenções» comprova, com novos elementos, que a coligação PS/PSD, em aliança com o FMI, pretende impor ao País a continuação, consideravelmente agravada, da mesma política económica e financeira que desde há sete anos é a grande responsável pela crescente agudização da crise.

Só um governo desprovido de escrúpulos e activamente empenhado em mentir ao Povo português pode ter o atrevimento de apresentar como nova e diferente uma política velha e fracassada e de apresentar como necessária e esperançosa a mesma política que conduziu Portugal ao actual desastre económico e financeiro.

4. Desde 1977 que, para desgraça do povo e do País, e por obra dos governos do PS, do PSD e do CDS, tem sido invariavelmente prosseguida uma política subordinada aos ditames e receitas do FMI, empenhada na restrição da actividade produtiva nacional, no agravamento das condições de vida da população, no reforço da exploração e nos ataques aos direitos dos trabalhadores, na ofensiva contra as nacionalizações e a Reforma Agrária, na hostilidade e sabotagem de projectos vitais para o desenvolvimento nacional, e recorrendo continuamente à desvalorização do escudo, ao endividamento externo, à subida das taxas de juro e à restrição do crédito, ao aumento do desemprego, à redução do poder de compra da população.

Desde 1977 que os governos do PS, do PSD e do CDS alimentam a ficção de que a seguir aos períodos ditos de «estabilização financeira» (e que se traduzem sistematicamente numa profunda desestabilização da actividade produtiva e das condições de vida da população), se entraria, finalmente, numa fase de recuperação económica e de desenvolvimento nacional.

A verdade porém, é que a vida já mostrou que uma tal política, podendo eventualmente conduzir a uma redução meramente conjuntural do défice da balança de transacções correntes, agudiza de tal maneira as carências da população e desorganiza tão profundamente o aparelho produtivo que, a breve prazo, não se tendo avançado qualquer passo na resolução da questão básica do aumento da produção nacional, logo os défices ressurgem com ainda maior força e todos os problemas conhecem uma agravamento geral.

5. A «Carta de Intenções» confirma pois plenamente que o Governo PS/PSD se comporta perante a crise económica e financeira exactamente como alguém que, depois de andar há sete anos a querer apagar um grave incêndio com 100 litros de gasolina, perante a evidente ampliação do incêndio, viesse proclamar que, nesse caso, a boa, a única e a inevitável solução seria usar, não 100, mas 200 litros daquele combustível.

Do que Portugal precisa não é do reforço e agravamento de uma política errada e desastrosa mas de uma nova política com orientações radicalmente opostas às seguidas ontem pelos governos da AD e hoje prosseguidas pelo Governo PS/PSD.

6. Razões de patriotismo, de respeito pelos interesses nacionais e de empenho numa efectiva solução para os problemas do País justificam inteiramente que os trabalhadores e o Povo português não só não se considerem vinculados à «Carta de Intenções» e ao acordo com o FMI como prossigam activamente a luta para derrotar o Governo PS/PSD e a sua desastrosa política e para abrir caminho a uma alternativa democrática.

A SIP do PCP

Proposta da Ordem de Trabalhos do X Congresso aprovada pelo Comité Central

1. Relatório da Actividade do Comité Central. Discussão e votação do Relatório e das Teses.
2. Alterações aos Estatutos.
3. Eleição do Comité Central.

em separata o texto integral dessa proposta de análise política, organização e luta sobre a qual se baseará um debate organizado em todo o Partido.

As Teses, para além do seu valor ideológico intrínseco e de documento único no panorama político, constituem, como nos congressos anteriores, um dos factores-base de mobilização para o X Congresso, que decorrerá no Porto (Palácio de Cristal) entre 15 e 18 de Dezembro.

Incluída no ponto um da ordem de trabalhos, juntamente com o relatório da actividade do Comité Central, a discussão e votação das Teses representarão novamente nessa altura a qualidade efectiva do grande colectivo nacional que é o Partido Comunista Português.

Essa qualidade resultará da atenção e vontade que cada organização, cada militante, cada membro do Partido puser na preparação do Congresso.

Poderosa realização colectiva, a magna assembleia do órgão máximo de direcção do PCP exige uma preparação participada intensa e extensa, abrangendo todas as organizações.

Como refere «O Militante» de Outubro, «essa participação, consistente e activa, é que enriquecerá o nosso X Congresso e fará dele um novo marco para o desenvolvimento do Partido na sua luta ao serviço das camadas trabalhadoras, das massas populares, do Portugal de Abril».

Uma difusão e divulgação sem falhas das Teses, cobrindo toda a organiza-

nacional, tudo deve ser aperfeiçoado no sentido de a sua difusão abranger, além dos militantes e membros do Partido, o maior número de pessoas que se interessam ou venham a interessar-se pelo estado do País e pelo futuro nacional.

Exige-se assim de todos nós, como primeira preocupação, a de fazer chegar as Teses a todos os que delas possam tirar algum proveito, algum estímulo, não apenas no interesse do Partido, mas de toda a população.

O X Congresso e a sua preparação decorrem numa altura em que se torna «cada vez mais visível o papel a que o Partido Comunista Português é chamado». Numa altura — sublinha «O Militante» — «em que se vai agravando a situação nacional, em que o Governo leva à prática uma política antinacional e antipopular, e em que o PCP é o único grande Partido que defende as conquistas de Abril e o regime que foi então instaurado».

Nenhum esforço pode ser poupado para que as Teses sejam efectivamente divulgadas. Não apenas difundidas, mas lidas ponderadamente e discutidas à luz das realidades nacionais, da situação concreta do País, do caminho para o desastre que este Governo e esta política lhe estão a traçar.

Além dos circuitos normais de distribuição do «Avante!» deve-se ter em conta a prática da venda militante, principalmente no que respeita ao próximo número que incluirá as Teses.

Esse e outros modos de

VIII e IX Congressos Como decorreu o debate preparatório

A ampla e aprofundada discussão das Teses a apresentar aos Congressos do PCP é um hábito de sempre, mobilizando a atenção e a participação não só das organizações do Partido mas também de cada militante, individualmente, numa conjugação de esforços e exercício pleno de democracia interna, sem paralelo no nosso país.

Olhando para a experiência recente dos VIII e IX Congressos, realizados, respectivamente, em Novembro de 1976 e Maio/Junho de 1979, fica bem patente essa realidade fecunda da vida do PCP. Recordar um pouco o que foram os trabalhos preparatórios desses dois últimos Congressos é não ape-

nas chamar a atenção para os trabalhos preparatórios do novo Congresso que se realizará em Dezembro próximo, no Porto, mas também para o alto nível de participação e democraticidade que caracterizam estes encontros máximos do PCP.

Assim, na discussão das Teses para o VIII Congresso, participaram activamente mais de 40 000 membros do Partido em mais de 2300 assembleias e reuniões especiais, tendo a Comissão de Redacção recebido, examinado e discutido 3149 propostas de emenda no texto das Teses, 1356 das quais seriam consideradas e inseridas no texto (43,4% do total das propostas recebidas). Quanto ao documento

República, para mais uma vez sacrificarem e adiarem a concretização das aspirações do povo de Vizela a constituir Concelho.»

Finalmente, — conclui o comunicado — «Os autarcas e os partidos que agora desenvolvem a teoria falsa e reaccionária de que o progresso de Guimarães depende da não constituição do Concelho de Vizela e que, com a paralisação dos serviços municipais, abusam do Poder Local e prejudicam as populações, são os mesmos que na Câmara e na Assembleia Municipal de Guimarães assumiram uma atitude passiva a propósito do pacote legislativo contra o Poder Local que o Governo prepara, esse sim gravemente lesivo dos interesses do Concelho. São os mesmos que, traindo o voto dos que neles confiaram, concretizaram na Câmara de Guimarães a aliança PS/PSD no Governo, estendendo-a envergonhadamente ao CDS, marginalizando a APU e partidizando a gestão municipal. São no fundamental ainda os mesmos que não hesitaram em aprovar um brutal aumento dos preços da água, demonstrando ser bons discípulos do seu governo».

PCP defende Poder Local nos Açores

Uma nota da SIP da Direcção de Organização da Região Autónoma dos Açores (DORAA) do PCP, alerta para as declarações prestadas recentemente pelo secretário regional da Administração Pública, Botelho Neves, à RTP-Açores, sublinhando que este, «ao declarar que a partir de 1985 competiria ao Governo Regional reparar pelos municípios açorianos a globalidade das verbas consignadas pelo OGE ao Poder Local da Região, está o governo regional a espezinhar a autonomia financeira do Poder Local e a procurar introduzir mais um factor de controlo ilegítimo sobre a actividade das autarquias. A ser adoptado esse «princípio», para uns poderia haver muito e para outros poderia haver pouco, conforme as circunstâncias políticas do momento e do lugar».

«O Secretariado da DORAA do PCP — prossegue o comunicado — continua a defender que a distribuição das verbas às autarquias deve ser feita exclusivamente por um processo que permita a cada órgão dispor da verba que seja justa, em função da área, população, carências e necessidades do respectivo concelho. Ao enveredar por este caminho, agora anunciado pelo secretário Botelho Neves, está o governo de Mota Amaral a procurar dar um profundo golpe na própria existência geral das autarquias, enquanto órgãos de Poder vocacionados a fomentar directamente a participação das populações na vida política».

Finalmente «O Secretariado da DORAA do PCP torna pública a

sua firme intenção de tudo fazer para que sejam, na Região Autónoma dos Açores, defendidos os princípios democráticos que devem nortear o funcionamento, competências e capacidades dos órgãos do Poder Local».

A queda da Câmara de Marco de Canaveses

Na sequência de denúncias feitas pela APU sobre irregularidades, fraudes, compadrio e corrupção na Câmara Municipal de Marco de Canaveses, dirigida pelo CDS com a connivência e apoio negligente dos vereadores do PS e do PSD, o PS apresentaria na Câmara um pedido de sindicância, tendo de seguida o PSD acusado a mesma de «corrupção e compadrio», como se de repente todos descobrissem o que há tanto tempo a Aliança Povo Unido já havia denunciado. A Câmara caiu e marcaram-se novas eleições para 18 de Dezembro próximo. Entretanto, como sublinha o PCP em nota a propósito, há razões para duvidar dos resultados do inquérito entretanto instaurado ao executivo derrubado, pois o «PS/PSD, que agora acusa, foram durante estes nove meses convites em tudo. Nomeadamente o PS votou quase sempre com o CDS. O PS e o PSD tinham a maioria no executivo, mas não tiveram coragem, nada fizeram para impor a democraticidade na Câmara. Não aceitaram pelouros. Não assumiram responsabilidades. Entregaram na prática todos os poderes ao CDS».

A APU, como sublinha a nota, é a única força que não está comprometida nas manobras e irregularidades que têm existido dentro da Câmara, tendo representatividade, direito e força moral para lá estar:

«Já demonstrou que tem firmeza e coragem para travar medidas antipopulares, arbitrariedades e corrupção, que tem competência, capacidade de diálogo e honestidade para contribuir para a solução dos problemas de Marco. O dinamismo, a dedicação e as obras já realizadas em Santo Isidoro pela Junta APU são um exemplo vivo. São estas características que a APU pode levar à Câmara».

Plenários na Costa da Caparica

Com a participação do Presidente da Câmara de Almada, José Vieira, de vereadores e membros da CF da Costa da Caparica, realizam-se no próximo domingo dois plenários com a população da Costa da Caparica, que decorrerão nas instalações da C. Moradores do campo da bola e do Grupo de Amigos da Costa

Poder local

PCP vence em tribunal questão de Liceia

António Augusto Rodrigues da Silva e José Cesário Oliveira Rama, respectivamente presidente e tesoureiro da Casa do Povo de Liceia (Concelho de Montemor-o-Velho) em 1980, aquando da campanha para as eleições legislativas de 1980, recusaram nessa altura a chave do salão para a realização de uma sessão eleitoral da APU, onde estavam 200 pessoas.

O PCP levaria o caso a tribunal, tendo perdido a causa no julgamento de 1.ª instância. Interposto o recurso para Coimbra, a questão seria de novo apreciada, culminando com a decisão do tribunal em condenar os réus o presidente e o tesoureiro da Casa do Povo de Liceia que boicotaram a sessão em sete meses de prisão cada, perdoados pela lei da amnistia mas sob condição de durante três anos não praticarem crimes dolosos, e ainda 15000\$00 de multa mais um ano de suspensão de direitos políticos, para além de 5000\$00 de imposto de justiça e 1000\$00 de procuradoria, tudo aplicado a cada um dos réus.

O PCP e a paralisação da Câmara de Guimarães

Quando a Câmara Municipal de Guimarães, por decisão da maioria PS/PSD/CDS, paralisou os seus serviços, a SIP da DORM do PCP emitira um comunicado em 15 de Outubro de 1983, onde, após recordar que tal decisão (tomada a pretexto da próxima discussão na AR do caso de Vizela) tivera a discordância do vereador da APU na CM de Guimarães, Cândido Capela Dias, e a mais viva oposição do PCP, se sublinhava que a mesma pretendia atingir três objectivos: «1.º — Desviar as atenções do povo de Guimarães das graves consequências, para os trabalhadores e para o Concelho, da política ruinosa prosseguida pelo actual Governo PS/PSD em continuação dos da «AD» e que é a verdadeira e principal responsável pelas carências e obstáculos ao progresso do Concelho; 2.º — Apagar as responsabilidades directas dos eleitos do PS, do PSD e do CDS, pela grave situação do município e pela má gestão municipal (a presente e a dos últimos anos); 3.º — Realizar uma manobra de diversão e cobertura que permita justificar por antecipação as negociações que PS e PSD tramam, no Governo e na Assembleia da

Assembleia da República

Este Governo não vai durar a sua política está condenada

Com o Governo a encher a sua bancada e os secretários de Estado ocupando uma galeria reservada, com muitos populares a assistir — que isto da televisão não chega para ver o que se passa —, com as bancadas quase todas cheias menos a do PSD que estava meia, principiou finalmente anteontem a interpelação do PCP ao Governo. Quatro deputados do Partido Comunista Português, intervindo sucessivamente, abriram o debate, num tom de viva e fundamentada crítica à política económica e financeira do executivo. Demonstraram que o País e sobretudo os trabalhadores sofrem com tal política e se agrava a situação de miséria. Que aumenta a dependência do imperialismo. Que há alternativas.

E fizeram perguntas. Na intervenção que a seguir fez, o ministro Ernâni Lopes, desta vez gastando abundantes palavras, não respondeu a nenhuma das críticas concretas e limitou-se, afinal, a fazer o elogio da sua própria política. Depois foi o debate, que decorria ainda à hora do fecho da nossa edição. Uma ideia comum a todas as intervenções que abriram os trabalhos por parte do PCP — e de que publicamos extractos: este Governo não vai durar, a sua política está condenada.

Governo foge ao debate

Carlos Carvalhas, o primeiro deputado comunista a intervir, lembrou que o PCP requereira esta interpelação antes de estar consumado o acordo secretamente negociado entre o Governo e o FMI. No próprio texto do requerimento, com data de 3 de Setembro, se anunciava ser intenção dos comunistas interrogar o Executivo sobre o teor do acordo que já preocupava os portugueses.

«Durante mais de 6 semanas», afirmou Carvalhas, «o Governo e a sua maioria fugiram ao debate e ao confronto de ideias e tudo fizeram para que ele não se realizasse, adiando inconstitucional e anti-regimentalmente a interpelação do PCP. O Governo quis esconder ao Povo português dados compromissos capitais. E simultaneamente exigiu e obteve aqui um inconstitucional pacote fiscal inserido em compromissos que não revelou à Assembleia, por causa do défice orçamental cujas causas e dimensões não cuidou de explicitar».

Carlos Carvalhas procedeu depois à análise global da política económica do Governo, que acusou de ser a continuação da política da «AD». Salientando haver alternativas, acentuou que a aplicação das opções governamentais e um desastre.

Risos e escândalo

Não escapou a ninguém a forma como alguns deputados da coligação reagiram quando a camarada Ilda Figueiredo, criticando a forma brutal como o Povo português sofre as consequências da política económica do Governo, leu uma extensa lista de empresas onde

os trabalhadores têm os seus salários em atraso. O riso foi a resposta. E, se se pode dizer que o riso esconde por vezes o embaraço, desta feita, o escândalo de encerrar, rindo, a miséria de milhares de trabalhadores e suas famílias, foi significativo do desrespeito com que os deputados da maioria encararam os mais graves problemas nacionais.

Aumentos de preços e descaída de consumos de bens alimentares — os mercedeses continuam a importar-se —, aumento do desemprego, salários em atraso. O quadro traçado por Ilda Figueiredo foi por si só a expressão dos resultados da política do Governo. E pode dizer-se que a verdade irrita sobremaneira os deputados do PS e do PSD que não gostam de a ver assim dita claramente. A deputada comunista sublinhou ainda que «as medidas anunciadas apontam para novos e rápidos aumentos de preços de bens essenciais, nomeadamente resultado do fim dos subsídios do Fundo de Abastecimento e dos cortes nas indemnizações compensatórias». As empresas nacionalizadas produtoras de bens e serviços públicos e de ainda maiores dificuldades na concessão de crédito visando o seu estrangulamento.

Um monumental desperdício

Recordando que «sem a resolução dos problemas mais graves da nossa agricultura não é possível enfrentar a crise e arrancar para o desenvolvimento», o deputado Rogério Brito ocupou-se na sua intervenção de analisar as consequências da política governamental nos campos. Acusou o Governo de agravar os problemas na agricultura: aumentos

de adubos e rações, do gasóleo, retoma dos ataques à Reforma Agrária. Consequências apontadas pelo deputado comunista: quebra acentuada da produção vegetal, degradação dos efectivos pecuários, diminuição da produtividade e do investimento, agravamento das condições de vida dos agricultores, alargamento do fosso entre a nossa agricultura e a dos restantes países europeus.

«Como pode», perguntou Rogério Brito, «o Governo falar em estímulos e melhoria das remunerações da actividade do agricultor, quando se propõe conduzir uma política que coloca nas mãos do sector privado capitalista os principais mecanismos de domínio das estruturas de mercado e de formação dos preços?».

«Como pode este Governo falar em modernizar a agricultura, quando pratica uma política de estagnação e mesmo de retrocesso da produção?».

Estas são apenas duas das muitas perguntas que o deputado colocou. E não se limitou a perguntar. Adiantou alternativas, assacando ao Governo a responsabilidade do «monumental desperdício da inteligência e criatividade de milhares de trabalhadores e pequenos agricultores» que a sua política gera.

É o sistema que está em crise

«É todo o sistema económico que está em crise», afirmou, por sua vez, o deputado Octávio Teixeira. «Se prosperam as actividades especulativas, as aplicações meramente financeiras, o contrabando organizado, a fuga de capitais, a corrupção». Sublinhando que as opções do presente Executivo vêm no seguimento das políticas adoptadas desde os primeiros governos constitucionais, com a redução do investimento, da produção e dos salários reais, da restrição do crédito e aumento das taxas de juro, da desvalorização do escudo, da redução das despesas orçamentais de carácter social e do estrangulamento das empresas públicas, sempre com a justificação da redução do défice externo, Octávio Teixeira recordou depois que ainda em Março deste ano o PS acusava a «AD» de ter lançado o País numa crise económica.

«Mas hoje que vemos?», perguntou o deputado do PCP. «Depois de ter metido no Governo o principal partido da «AD», o dr. Mário Soares dirige um Governo cuja política mais não é do que o prosseguimento e aprofundamento da mesma política de resultados catastróficos comprovados».

«Mas se essa política pode interessar aos vendilhões da soberania nacional, ela não interessa manifestamente aos portugueses nem resolve os problemas da economia nacional, antes os agrava».

As generalidades de um discurso velho

Ernâni Lopes, que pediu meia hora para reflectir, veio à tribuna com um discurso velho, cheio de generalidades. Afir-

mou o que era óbvio que afirmasse. Por exemplo, disse que ninguém poderia atacar o Governo por falta de clareza ou de coerência entre as medidas tomadas e o seu programa. Uma verdade. Ninguém o acusou de falta de clareza nem de incoerência. Mas de coisa pior. De se furtar a um debate sério e de aplicar um programa de desastre.

Afirmou também coisas espantosas. Que não iria ali discutir alternativas (muitas vezes

acusou os comunistas de as não terem ou não apresentarem...). Disse que o caminho escolhido pelo Governo é o melhor. O que implica menos custos globais. O que melhor salvaguarda a viabilidade de um futuro digno para os portugueses. Quem o desdiga será, pois, excomungado...

Tentou, enviezadamente, assacar responsabilidades à oposição no originar da crise. E foi afirmando que o Governo e a classe «empresarial» é quem

vai resolver os problemas. As contradições foram a seguir abundantes. Admitiu que reduzir o crescimento não resolve os problemas. Que terminou o período de emergência, em 1984, não terminará a austeridade.

Finalmente, como quem deita poeira no debate, foi «respondendo a alguns pontos levantados». Que não é o Governo quem desestabiliza a situação. Que os «mercedes» importados não são mil, mas

967. Que o Governo não tenta seguir a política dos grandes projectos mas reforça as pequenas e médias empresas. Que a corrupção não é a marca de classe do Governo e que este combate a corrupção mas não é com discursos. Que ele não admite expressões como «vendilhões da soberania nacional». Depois, com um toque fino de demagogia, que opunha às bandeiras negras da fome a bandeira verde-negra...

Interpelação do PCP

«O resultado desta política está à vista: é um desastre!»

Publicamos hoje extractos das intervenções que deputados do PCP produziram na abertura dos debates da interpelação ao Governo.

Carlos Carvalhas:

Não pode ser este o caminho

(...) Além de silenciar as causas e responsabilidades da actual situação, o Governo diz-nos todos os dias, utilizando sectarismo a Televisão e a Rádio, que tudo isto é inevitável. Mas esta política só é inevitável para quem serve o grande capital.

Não nos venham dizer que «não há alternativa», que «esta política é de rigor», que «a austeridade é para todos», que os sacrifícios de agora são para um dia mais tarde o País «ver a luz ao fim do túnel». Já ouvimos tudo isso nestes anos. E também não nos venham dizer que nós não temos propostas, que são más, inaplicáveis. O resultado de aplicação das coisas está à vista. É um desastre.

Sabemos bem que não é com facilidades que se vence a crise. Mas resolvem-se porventura à custa das falências? à custa da queda dos investimentos público e privado (atrás ainda mais a nossa economia)?, à custa do desemprego, do marasmo e da desorganização das actividades produtivas? A resposta é: não, claramente não. O défice da Balança de Transacções Correntes pode conjuntamente, diminuir, mas como se agravam as suas causas reais ele crescerá de novo em flecha como já sucedeu no passado recente.

Há uma diferença entre a produção e o consumo. Para a colmatar o Governo entende, que deve como, prioridade, diminuir a produção! E isto porque para aumentar a produção diz... seria necessário aumentar as importações!

Mas é possível aumentar a produção nacional de produtos importados. Pode produzir-se, por exemplo, mais carne com menos matérias-primas importadas (forragens em vez de milho). Podemos e devemos aumentar o esforço das pescas! Podemos e devemos cortar importações desnecessárias e consumos de luxo e superfluos! E temos de aumentar os consumos populares para dar escoamento à produção nacional! O que não é possível é diminuir a factura agro-alimentar com a política do Governo, com o aumento

dos factores de produção, a contracção do crédito, ou com os ataques à Reforma Agrária! E não se conseguirá diminuir a factura energética desaproveitando mais de 50% dos nossos recursos hídricos ou metendo na gaveta os projectos de poupança de energia elaborados por técnicos e trabalhadores para as indústrias de alto consumo de energia, ou deixando arrastar levanamente as sucessivas avarias nas termoelectricas que já este ano nos obrigaram a importar energia! Não pode ser este o caminho! (...)

Ilda Figueiredo:

Governo quer um milhão de desempregados!

(...) Os brutais cortes orçamentais previstos para 1984, com consequências graves em serviços essenciais como a saúde, a segurança social, a educação, agravam as injustiças sociais e reforçam novamente a criação de elites, impedindo que os jovens filhos das classes trabalhadoras tenham acesso ao sistema de ensino e chegando o País ao ponto de ver diminuir o cumprimento da escolaridade obrigatória.

A alteração da legislação laboral, nomeadamente da famigerada «lay-off» visa facilitar os despedimentos em massa, nomeadamente de grandes empresas quer do sector privado, quer do sector empresarial

do Estado e insere-se no ataque frontal aos direitos laborais, em reforço do poder patronal nas empresas e de generalização a todos os trabalhadores da insegurança no emprego, abrindo caminho a toda a série de discriminações e arbitrariedades para a liquidação, no plano prático, dos direitos conquistados com o 25 de Abril.

As descabeladas afirmações do secretário de Estado de Emprego sobre a necessidade de Portugal se tornar de uma forma brutal campeão do desemprego na Europa não são mais do que a confirmação das posições governamentais de aproximar do milhão o número de desempregados num curto espaço de tempo, atingindo inclusivamente trabalhadores de serviços essenciais à população, como os despedimentos de mil trabalhadores da CP, nomeadamente de guardas de linha e de operários que prestam serviços de reparação na via férrea, ou de cerca de dois mil médicos, quando são conhecidas as deficiências no campo da saúde.

E cabe perguntar: Face à política de recessão

Octávio Teixeira:

Nós contrapomos

(...) À tese governamental de que o desequilíbrio entre a produção e o consumo se resolve pela redução brutal e cega do consumo, nós opomos a necessidade imperiosa do aumento da produção nacional, na agricultura, nas pescas, na indústria.

Contra a política de redução brutal do investimento, nós propomos o aumento planeado do investimento, designadamente nos sectores energético e alimentar, e a concretização de projectos já estudados de aproveitamento dos recursos nacionais, com o recurso máximo à capacidade da indústria nacional e financiando a estritamente necessária componente importada com o recurso a acordos de compensação. (...)

(...) A falaciosa propaganda governamental de que só a redução do consumo dos trabalhadores e das camadas mais carenciadas permite a diminuição dos défices externos a curto prazo, nós opomos a necessidade do controlo dos fluxos financeiros de seis dezenas de empresas de comércio externo, eliminando a transferência ilícita para o estrangeiro de dezenas de milhões de contos por ano em divisas (para depósitos no estrangeiro ou para alimentar as grandes redes de contrabando) como propomos a eliminação da importação de produtos de luxo e superfluos,

económica definida pelo Governo qual seria no futuro a extensão do desemprego, sabendo-se que neste momento já ronda os 11% ou seja cerca de 470 mil desempregados, e enquanto seriam reduzidos os salários reais e a participação da massa salarial no rendimento nacional?

Quando se prevê uma diminuição de investimentos de 11,9% para o próximo ano e uma recessão económica tra-

duzida num decréscimo do PIB de 1,4% e se aponta na proposta de Orçamento do Estado para a necessidade de expandir serviços públicos, não é difícil dar credibilidade a certa imprensa afecta ao Governo que aponta para 50 a 100 mil despedimentos no sector público e que refere a possibilidade do nível de desemprego duplicar, ou seja do número de desempregados atingir cerca de um milhão!! (...)

Rogério Brito:

Governo continua política da «AD»

(...) Aumentou os adubos em mais 65%, as rações em mais de 70%, o gasóleo em mais de 15%, o que completou um recorde difícil de igualar, ou seja, os preços dos factores de produção mais significativos (rações, gasóleo e adubos) aumentaram em 4 anos entre os 300 a 400%.

Aumentou os preços à produção do leite e dos cereais; mas estes aumentos pontuais, longe de constituírem um incentivo, não passaram de uma medida de contenção da degradação dos preços no produtor, cujo carácter conjuntural não escapa ao ciclo vicioso dos aumentos que geram aumentos sempre em prejuízo dos agricultores e dos consumidores.

Retomou os ataques à Reforma Agrária, prosseguindo a destruição das UCP's/Cooperativas através de reservas e distribuição ilegais das terras em sua posse útil.

É a mesma política, com um ministro da Agricultura que entrou mudo e saiu calado do Programa do Governo, que depois disso não pôs os pés nesta Assembleia, ignorando-se se vai finalmente quebrar o silêncio nesta interpelação.

As consequências são as mesmas de sempre:

Quebra acentuada da produção vegetal; degradação dos efectivos pecuários; volumoso contrabando de gado com todas as consequências de ordem económica e sanitária, (o alastramento da peripneumonia, o agravamento dos surtos de tuberculose e da brucelose

põem em risco os efectivos pecuários)... Aliada à quebra das produções, aí está a diminuição da produtividade, do investimento técnico-económico, o esgotamento do sector agrícola, o agravamento das condições de vida dos agricultores, o alargamento do fosso entre a nossa agricultura e a dos restantes países europeus.

No tocante à comercialização e preços, este Governo, tal como os governos da AD, invocando a «multo próxima» adesão à CEE continua uma política de liberalização de toda a actividade económica, que a mais não conduz que ao alargamento da área de manobra dos grandes intermediários e armazenistas, possibilitando o seu crescente domínio sobre as estruturas e pontos estratégicos dos circuitos de mercado.

Uma política que pretende trespassar do Estado para os grandes interesses privados os mais importantes ramos de comércio agro-alimentar.

Uma política de esvaziamento progressivo de Organismos de Intervenção Económica e de promoção da desracionalização dos circuitos de comercialização, de promoção da especulação e da parasitagem.

Como pode o Governo falar em estímulos e melhoria das remunerações da actividade do agricultor, quando se propõe conduzir uma política que coloca nas mãos do sector privado capitalista os principais mecanismos de domínio das estruturas de mercado e da formação dos preços?

Os resultados desta política são sobejamente conhecidos. (...)

O Governo continua a produzir inconstitucionalidades

Tal como na semana anterior tudo andava à volta do projecto de criação do município de Vizela, esta semana — contando com os últimos dias da que passou — tudo parecia preso pela interpelação ao Governo marcada pelo PCP. Até ao dia de ontem, os trabalhos foram-se arrastando, com inesperados vazios, preenchidos por apreciação de votos, por intervenções no período de antes da Ordem do Dia, pela discussão e votação de projectos e de uma proposta de lei sobre a elaboração do Orçamento e respectivo enquadramento e especificação.

O debate à volta destes diplomas prometia ser vivo, uma vez que a proposta do Governo surgia ferida de inconstitucionalidade e como tal foi criticada pelo grupo parlamentar comunista, merecendo também reparos por parte da ASDI e do CDS. Na realidade, porém, debate não houve. Para tal é necessário que não haja apenas a defesa de pontos de vista de uma parte enquanto que a outra, directamente visada, se cala. Agarrado ao cachimbo, o ministro Ernâni, que fez uma breve apresentação da proposta governamental, fugiu sistematicamente a dar respostas. No segundo dia surgiu acompanhado de Almeida Santos e houve pelas bancadas esperança de que o debate se aviasse, embora as razões que esse ministro costumava expender em defesa de inconstitucionalidades costumem ser bem fracas.

Quando que o projecto de lei do PCP sobre a elaboração do Orçamento do Estado visava atingir o máximo de rigor e transparência deste, insistindo no cuidado a pôr na regulamentação da obrigação governamental de justificar as medi-

das que proponha, informando a AR e o país sobre a realidade da vida orçamental, a proposta do Governo, ao invés de seguir os novos preceitos constitucionais que reforçam os poderes da Assembleia em matéria orçamental e fiscal não se limita a olvidar a essência das alterações constitucionais, conforme apontou o deputado do PCP, Octávio Teixeira.

Octávio Teixeira sublinhou o facto de, com todo o despudor a proposta de lei não visar um quadro normativo para qualquer Orçamento do Estado, mas visar apenas o que vai ser em breve discutido. Isto é, a proposta de Lei do Enquadramento não precede o Orçamento nem este se adequa àquela Lei. Inversamente, é o Orçamento que antecede a Lei do Enquadramento, e é esta que se adequa ao Orçamento concreto que o Governo entendeu elaborar e apresentar fora do normativo constitucional.

Foi extenso o rol de reparos e de críticas a inconstitucionalidades várias. Respostas do Ministro? Que não, que tudo es-

tava bem. E pronto, passemos a votos. A proposta do Governo recebeu os votos favoráveis de todos os partidos menos do PCP, que votou contra, e do MDP e Verde que se absteve.

O projecto comunista foi rejeitado pela coligação, com o CDS a abster-se. O do CDS foi aprovado sem votos contra, com o PCP e o Verde abstendo-se. O da ASDI recebeu os votos contrários da coligação e foi rejeitado, abstendo-se o CDS.

«Querida televisão»

Retirado que foi o projecto do PCP sobre Vizela — no seguimento de manobras da coligação governamental que se preparava para rejeitar o projecto com o pretexto de haver uma lei — quadro apenas aprovada na generalidade, os últimos dias da semana passada foram ocupados com votos. Uma série deles já apresentadas foram votadas pela Câmara. Apenas um conseguiu a unanimidade, o de pesar pela morte do cardeal-arcebispo de Boston.

A congratulação pela atribuição do prémio Nobel da «paz» a Lech Walesa, objecto de três votos — PS/PSD, CDS e MDP —, foi votada diversamente, tendo os dois primeiros sido aprovados e o do MDP contendo apenas com os votos favoráveis dos seus deputados. O PCP votou contra qualquer deles, tendo Jorge Lemos, da bancada comunista, considerado indigno que a AR se congratule com a atribuição da

quele prémio, sistematicamente concedido a individualidades que lesam gravemente a Paz.

A coligação, com o CDS e a ASDI, rejeitou o voto do PCP propondo a adopção de medidas imediatas com vista ao pagamento de salários em atraso e de solidariedade com os vindreiros da Marinha Grande.

Nessa mesma quinta-feira, enquanto que frente à Assembleia decorria uma manifestação reunindo algumas centenas de mulheres protestando contra a política do Governo, uma delegação destas mulheres do distrito de Setúbal avisava-se com grupos parlamentares aos quais entregaram um documento analisando a situação em que vivem milhares de famílias do distrito, com salários em atraso. O Presidente da AR, a quem, solicitaram audiência, não as receberia. A polícia, assustada decerto pelas bandeiras negras que as mulheres empunhavam, procedeu a detenções.

Os períodos de antes da Ordem do Dia deram oportunidade a algumas interessantes intervenções. Com destaque para a de César Oliveira, da UEDS, que trouxe ao hemisfério o caso de mais presos do PRP que recentemente suspenderam uma greve da fome e que tinham sido visitados por uma delegação de deputados. A intervenção defendeu a aprovação de uma nova lei de amnistia que abrangesse implicados no caso PRP e também outros cidadãos, nomeadamente o jornalista saneado da RTP, José Mensurado. No decorrer do discurso, César Oliveira referiu-se a um dos implicados no as-



PCP

PCP promove em Setúbal Encontro Nacional dos Trabalhadores das Pescas

No parque das Escolas, em Setúbal, o PCP vai realizar o Encontro Nacional dos Trabalhadores das Pescas, no próximo dia 6 de Novembro. Com a realização deste Encontro, o PCP pretende dar a sua contribuição — como o tem feito noutras áreas — para que seja possível enfrentar o futuro, sem sobressaltos e para que o sector da pesca seja colocado ao serviço do povo português.

Os problemas de segurança no mar, do estado dos stocks pesqueiros e da frota, das condições de vida e de trabalho dos pescadores, da organização dos trabalhadores da pesca, são alguns dos problemas que serão abordados e discutidos no Encontro e para os quais irão ser achadas respostas concretas.

As conclusões que irão ser aprovadas no próximo dia 6 de Novembro, constituirão, antes de mais, um levantamento das realidades do sector e um apontar de medidas para a saída do marismo para que os sucessivos governos empurrassem as pescas no nosso país.

Antes do 25 de Abril, dominado pela administração tenerrista, o sector era dominado por uma feroz política de concentração de poderes e os pescadores constituíam uma das camadas laboriosas mais violentamente exploradas.

Arregrado pelos trabalhado-

res — que no próprio dia 25 de Abril, em Peniche, se encontravam em luta —, o grupo tenerrista, com a revolução, perdeu o domínio do centro de decisão. A crise que se vinha fazendo sentir, agravava-se porém. Esse agravamento faz-se notar particularmente no seguimento das medidas de recuperação capitalista, tomadas contra a vontade dos trabalhadores.

A situação actual exige medidas sérias que aproveitem a capacidade e os recursos existentes. Nos últimos anos, a produção portuguesa de peixe tem-se situado ao nível das 250 mil toneladas, estimando-se que o abastecimento da população exige uma produção de cerca de 400 mil toneladas. Os recursos existentes, geridos de forma adequada, poderiam produzir cerca de 500 mil toneladas por ano, segundo dados que o Encontro estudará.

O estudo da situação existente é o ponto de partida para

o adiantar de propostas que, no sentido de vencer a crise, o Encontro irá decerto produzir. Ao mesmo tempo, esta iniciativa propõe-se aprofundar a realidade das condições de vida e trabalho dos pescadores e, também nesta área, formular propostas que vão ao encontro dos interesses da classe.

As organizações unitárias dos trabalhadores do sector, as organizações de carácter económico — cooperativas e outras — que unem os pescadores no seu trabalho, serão outros dos pontos abordados pelo Encontro.

Finalmente será abordada a acção do Partido no seio da

classe, acção que tem tradições fortes e antigas. O reforço do Partido e da sua actividade junto dos pescadores, tão necessário para fortalecer as lutas em que o sector se encontra empenhado será, portanto, um dos pontos fundamentais que os participantes no Encontro irão debater.

I Assembleia na Moita

É já no próximo domingo, dia 30, que a Organização do PCP da Freguesia da Moita realizará a sua primeira Assembleia, na Sociedade Capriço Moltense, a partir das 9 e 30 da manhã.

A sua concretização corresponde ao cumprimento de uma resolução da II Assembleia da Organização Concelhia, de Junho passado, a qual apontara a necessidade de reforçar a organização do Partido nomea-

damente através da convocação dos órgãos máximos de freguesia.

Neste sentido, os camaradas da Moita antecipam-se em três semanas aos da Baixa da Banheira e Alhos Vedros, também eles empenhados nas suas Assembleias de Organização.

Os comunistas da Moita, dos quais estão eleitos já grande número de delegados à Assembleia, discutem vários do-

cumentos, designadamente a proposta de Relatório de Actividade da Comissão de Freguesia cessante. No domingo elegerão o novo organismo dirigente: a Comissão de Freguesia.

A Assembleia não deixará, naturalmente, de abordar o trabalho preparatório do X Congresso do Partido, que é por si também um grande elemento dinamizador de todo o trabalho em curso.



Novo CT em Pinhal Novo

A Comissão de Freguesia e a Comissão Pró-Centro do Pinhal Novo vão desenvolver esforços para inaugurar no dia 10 de Dezembro o novo Centro de Trabalho do PCP nesta freguesia.

Foi com grande entusiasmo que dezenas de militantes participaram na discussão desta ideia, avançando com propostas quer quanto às jornadas de trabalho quer quanto a iniciativas para fundos.

Durante os próximos fins-de-semana serão mobilizados pedreiros e muitos outros camaradas da organização de Pinhal Novo e das restantes freguesias do concelho de Palmela. E de notar a solidariedade que já se começa a sentir como é o exemplo da jornada de trabalho lavada a cabo por camaradas da célula da Cooperativa Estrela Moltense.

Estão previstos contactos com a população, que desde o início tem demonstrado grande apoio e carinho por esta obra, sentindo que para além de ser um Centro de Trabalho do PCP será também um local de convívio para todos os democratas.

Convívio em Faro

A Comissão Concelhia de Faro do PCP promove um almoço-convívio no Centro de Trabalho, no domingo, dia 30, às 13 horas. É uma iniciativa integrada nos trabalhos de preparação do X Congresso do PCP.

Iniciativas no distrito de Santarém

Com a participação de eleitos na Câmara e Assembleia de Salvaterra de Magos e da AF de Glória do Ribatejo, realiza-se amanhã, nas instalações da Casa do Povo de Glória, um encontro do Partido em que também estará presente o camarada Alvaro Brasileiro.

Para sábado estão marcadas as seguintes sessões: às 10 horas, realiza-se uma reunião no CT da DORSA para monitores e responsáveis nas C. Concelhias pelo trabalho dos Pioneiros; em Marianos, às 18 horas, no Café Carolo, projecção de filmes e uma intervenção política no intervalo; em Paços Negros, às 20 e 30, projecção de filmes e intervenção política no Café Manuel Cipriano («O Cigano»); em Foros de Salvaterra, na escola primária Estanqueiro, encontro com a população, às 20 e 30, com a participação de Dias Lourenço e eleitos da APU na Câmara e Junta de Freguesia de Salvaterra de Magos; reunião de quadros no Centro de Trabalho da Chamusca, com a presença de Dias Lourenço; às 14 e 30, no Centro de Cultura Popular de Coruche, reunião de quadros, com a presença do camarada Lancinha.

No dia 31 (2.ª feira) decorrerão, a partir das 20 e 30 e das 20 horas, respectivamente, sessões no celeiro dos Bombeiros de Salvaterra de Magos (encontro dos eleitos da APU com a população), onde estará presente o camarada Raimundo Cabral; e na Cooperativa «15 de Outubro» em Vale de Cavaleiros (reunião de militantes e simpatizantes), com a presença do camarada Lancinha.

Plenário em V. Franca de Xira

A Comissão de Freguesia do PCP de Vila Franca de Xira realiza hoje à noite um plenário que decorrerá no Centro de Trabalho, com a seguinte agenda: X Congresso do PCP e análise da situação política. A sessão está marcada para as 21 e 30. Participa!

Reunião geral em Caldas da Rainha

Está marcada para segunda-feira próxima a reunião geral de militantes comunistas das Caldas da Rainha, onde o X Congresso do PCP será tema em foco. A reunião começa às 21 e 30, com a participação do camarada do CC Carlos Pinhal.

Brandoa

A Comissão de Freguesia da Brandoa informa que se realiza já no próximo domingo a reunião da célula da Baixa da Brandoa. Os trabalhos iniciam-se às 10 horas da manhã, no CT da freguesia.

Juventude

JCP aponta as consequências da política antijuvenil PS/PSD «Alarmante degradação das condições de vida da juventude»

A falsa promessa eleitoralista, demagógica, deu lugar à ameaça e ao desprezo. Também para a juventude, «100 medidas» transformaram-se em 100 ameaças. A prática de cinco meses de Governo PS/PSD põe a nu o conteúdo verdadeiro das «100 promessas» para os primeiros «100 dias». Quem o não sente?

A cinza promessa de «repensar a problemática juvenil» ditou já uma certeza: com a sua política de classe, o Governo Mário Soares/Mota Pinto provoca uma alarmante degradação das condições de vida, de trabalho e de estudo da juventude portuguesa. Quem pode dizer o contrário?.

Estas conclusões, visíveis no dia-a-dia de qualquer jovem — estudante, trabalhador, desempregado, à procura dum lugar na Universidade, numa habitação e de outros direitos elementares — constam do documento que reúne as conclusões da última reunião da Comissão Central da Juventude Comunista Portuguesa (JCP), cujos trabalhos decorreram no passado fim-de-semana em Lisboa, no Centro da Soeiro Pereira Gomes.

Mais do que retirar conclu-

sões da situação actual em que se encontra a juventude portuguesa, os jovens comunistas demonstram e explicam com seriedade as acusações justas que dirigem a este Governo. Vejam os:

Em vez de estabilidade no emprego e da revisão da lei dos contratos a prazo (medida 97), do lançamento de esquemas de emprego especialmente para jovens (Programa do Governo), os últimos meses foram marcados pelos ataques escandalosos

aos direitos dos trabalhadores, pelo não pagamento de salários, pela repressão nas empresas, pela nova ofensiva contra a Reforma Agrária, pelo roubo de parte do 13.º mês, pelo corte de subsídio aos jovens à procura do 1.º emprego, pelo crescente número de jovens a trabalhar sem contrato. A aprovação do decreto-lei dos despedimentos «lay-off», um dos mais violentos instrumentos da política de classe deste Governo, traz o espectro do desemprego em massa.

Por outro lado:

Em vez de estabilidade no ensino e novas formas de acesso ao ensino superior (medida 89), o famigerado sistema de numerus clausus exclui da Universidade cerca de 50% dos candidatos (12 000 jovens: o novo ano lectivo nas escolas do secundário iniciou-se uma vez mais sob o signo da confusão, encontrando-se ainda dezenas de escolas encerradas, falta de instalações e professores, aumentam drasticamente os transportes e o material escolar, avolumando-se os casos de abandono escolar face aos custos insustentáveis para milhares de famílias e aos cortes no apoio social.

Mas o Governo não ficou por aí:

Em vez de prometida consagração da Autonomia Universitária, os estudantes do ensino superior constatarem que o Governo procura apenas a submissão da Universidade à sua política sem perspectivas, promovendo uma política de brutais restrições no apoio social estudantil que se reflecte no escandaloso aumento dos preços das cantinas, diminuindo drasticamente o número de bolsas, não combatendo, mas estimulando a má gestão e a corrupção, a fraude e o compadrio nos serviços sociais. Do prometido diálogo com os estudantes e suas estruturas representativas assiste-se à tentativa de impor regulamentos internos nas escolas, a encenação demagógica de audiências onde o ministro se limita a informar das suas decisões sem ter em conta as opiniões estudantis (sobre a situação na Universidade, ler artigo no Suplemento desta edição do «Avante!»).

E também ninguém poderá esquecer:

Em vez de estabilidade na vida, do lançamento de esquemas de autoconstrução de casas para jovens casais (medida 95), de estímulos à mobilização das energias criadoras da juventude, de

acesso progressivo ao desporto de massas e ao associativismo artístico e cultural (do Programa do Governo), o Governo PS/PSD prossegue, do velho política de enfundamento aos interesses do grande capital e de alinhamento com a provocação imperialista, despreza as legítimas aspirações da juventude a uma vida melhor, ao bem-estar material e cultural.

De tudo o que atrás ficou denunciado, duas certezas são de imediato retiradas pela Comissão Central da JCP: a primeira é que «a juventude é hoje profundamente atingida por esta política de classe»; a segunda é que «a juventude tem lutado e continuará a lutar, ao lado da classe operária e dos trabalhadores, participando

«A Comissão Central da JCP considera de grande importância a realização de iniciativas concretas da juventude contra o desemprego e o decreto-lei dos despedimentos (Lay-off), o uso e abuso dos contratos a prazo, os salários em atraso, a falta de condições de trabalho, a repressão patronal, as discriminações salariais e profissionais. A defesa do direito ao trabalho e à estabilidade no emprego, grandes objectivos da hora presente, são indissociáveis da defesa das nacionalizações e da Reforma Agrária. A C.C. aponta à juventude universitária a luta pela actualização das bolsas e contra os atrasos no seu pagamento, contra a decisão do Governo em aumentar os preços nas cantinas, a exemplo

plantação dos novos misseis na Europa, opondo-se à instalação, estacionamento ou trânsito de armas nucleares no nosso país.

«A C.C. da JCP congratula-se pelo êxito e salienta o vasto apoio juvenil do Festival «Dêem uma oportunidade a Paz» e considera importante o incentivo das várias expressões organizativas do movimento juvenil pela paz, intensificando e diversificando as suas acções próprias, nomeadamente na mobilização juvenil para a Semana do Desarmamento e as Marchas da Paz de 29 de Outubro.

«A defesa do meio ambiente e do património histórico e cultural é uma preocupação de cada vez mais jovens que, face à falta de apoios e ao desprezo manifestado pelos organismos oficiais, se organizam em grupos e comissões promovendo iniciativas em torno da defesa dos rios, de edifícios, acções de limpeza, etc.

«A C.C. a JCP realinha as suas posições sobre o Serviço Militar Obrigatório e o direito à objecção de consciência. Aqueles que defendem o fim ou a redução do S.M.O. estão, objectivamente, a apoiar as teses de profissionalização das Forças Armadas, o que, a concretizar-se, constituiria uma séria ameaça para o regime democrático.

«Entretanto a C.C. confirma que a defesa do S.M.O. é indissociável da defesa de condições dignas para os jovens nos quartéis e da aprovação e regulamentação do direito à objecção de consciência.»



nas acções das massas populares em defesa das nacionalizações e da Reforma Agrária, para assegurar os direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos, em defesa da paz e pelos seus objectivos específicos, como ficou demonstrado nas grandes e expressivas manifestações do passado dia 15 de Outubro, no Festival «Dêem uma oportunidade à Paz» e na luta dos estudantes de Aveiro.»

Na luta, na unidade, na mobilização está o caminho a seguir para a defesa dos direitos fundamentais da juventude. Por isso, a JCP salienta:

«Os direitos da juventude defendem-se, com a luta em todos os sectores e em torno da exigência de uma nova política. As lutas da juventude constituem uma barreira fundamental para travar cada uma das medidas antijuvenis do Governo PS/PSD. São também um importante contributo na batalha por uma nova política no caminho de Abril, que respeite os anseios a uma vida melhor, comuns a toda a juventude.

«Através da luta é possível obter importantes vitórias na defesa dos direitos da juventude. E mais adiante:

O 4.º aniversário a 2.ª Conferência do Superior e o 2.º Congresso da JCP

A JCP tem desempenhado o papel destacado na defesa da juventude, impulsionando a luta juvenil, colhendo experiências, reforçando-se para prosseguir a luta. Para o desenvolvimento da luta da juventude na defesa dos seus direitos, é condição fundamental o reforço da intervenção política e da organização da JCP. A crescente influência da JCP no movimento juvenil é uma garantia de que a luta da juventude se vai intensificar no combate à política antijuvenil do Governo PS/PSD.

A CC da JCP apela às suas

organizações, militantes e simpatizantes, para que façam do 4.º Aniversário da JCP (10 de Novembro) uma importante jornada de afirmação dos jovens comunistas, da divulgação das suas ideias e propostas.

A CC tendo em conta a necessidade de definir as propostas dos comunistas para os principais problemas da Universidade e do movimento estudantil, decidiu convocar para o primeiro semestre de 1984, a 2.ª Conferência Nacional do Ensino Superior.

A CC decidiu apontar para o

2.º semestre de 1984 a realização do 2.º Congresso da JCP.

A CC saúda a realização do X Congresso do PCP. A participação dos jovens comunistas na preparação do Congresso, na discussão das teses, particularmente das questões ligadas à juventude, será o melhor contributo para o êxito desta grande realização, enquadrada na luta do nosso povo e da juventude.

(Do documento com as conclusões da última reunião da CC da JCP)

Terra

III Encontro da Lavoura

Proseguem em bom ritmo os trabalhos preparatórios do III Encontro da Lavoura, a realizar no próximo dia 13 de Novembro, em Coimbra, por iniciativa da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Segundo refere uma nota do gabinete de imprensa do referido Encontro, recentemente divulgada, continuam a realizar-se um pouco por todo o País reuniões no decorrer das quais se tem procedido à discussão dos problemas que afectam a Lavoura, à eleição de delegados e à preparação de excursões com vista a levar a Coimbra o maior número possível de interessados.

A elevada participação de agricultores nas reuniões e a apresentação de propostas alternativas e de melhoramento ao documento posto à discussão têm constituído a tónica das reuniões, situação esta que permite desde já concluir que os homens do campo estão interessados em resolver os problemas da agricultura e superar a grave crise que os aflige.

Por outro lado, refira-se o facto de continuarem a chegar à CNA pedidos de inscrição, para o Encontro da Lavoura, de organizações representando os mais diversos sectores e regiões da agricultura portuguesa, algumas delas participando pela primeira vez numa iniciativa daquela Confederação.

Recorde-se, entretanto, que o III Encontro, a exemplo aliás do que se passou em 1980, irá efectuar um balanço das lutas dos agricultores e da actividade desenvolvida pela CNA e proceder à eleição dos seus Corpos Gerentes para o próximo triénio.

Baldios serão defendidos

O Encontro Festa de Baldios recentemente realizado na Lousã por iniciativa do Secretariado dos Baldios da Zona da Serra do distrito de Coimbra, a que já fizemos referência em edições anteriores, merece que a ele voltemos de novo por duas razões: ter evidenciado uma vez mais a justiça da lei em vigor (Lei 39/76) e ter posto em destaque a vontade e a determinação dos povos em defender os seus maninhos.

O Encontro — no qual participaram 28 Concelhos Directivos de Baldios (CDB's) — demonstrou também que a lei permitiu levar a paz a todos os povos serranos e que a sua aplicação tem contribuído para o desenvolvimento económico e social de muitas zonas atrasadas, desde sempre votadas ao desprezo. Conforme salientam as conclusões do Encontro, «se deixarem os povos administrar em paz e sossego os seus baldios, estes poderão contribuir para o progresso das suas terras».

Infelizmente nem sempre tem sido assim e várias tentativas da parte dos governos e dos partidos de direita com assento na Assembleia da República foram feitas para esvaziar de conteúdo a lei, restringir ou tirar poderes aos CDB's para entregar os baldios de novo a antigos caciques e às autarquias. Todavia, como foi sublinhado pelos presentes, os povos têm sabido defender os seus baldios através de uma luta persistente para a qual contribuiu decisivamente o reforço da sua organização.

É, pois, neste contexto que deve ser entendido o apelo final contido nas conclusões do Encontro contra os que não desistem de «cobiçar» os baldios, pondo em marcha manobras como a de uma anunciada reunião de presidentes de juntas de freguesia realizada em S. Pedro do Sul, onde teria sido solicitado à AR a anulação da lei dos baldios.

A este respeito os presentes no Encontro não deixaram dúvidas quanto à sua disposição ao afirmarem para quem os quis ouvir que «não nos cansaremos de lutar em defesa da nossa lei» e ao exigirem que as autoridades, designadamente os Serviços Florestais, o MAFA e as autarquias, «os que menos têm aplicado a lei», procedam de uma vez por todas ao seu cumprimento.

RTP: de novo a ausência...

Proseguindo uma atitude que os jovens comunistas classificam de «sistemática discriminação» e de manifesto «desrespeito» para com a sua organização, a RTP primou uma vez mais pela ausência na cobertura, dos trabalhos da reunião da Comissão Central, cujas conclusões foram apresentadas no seu final em conferência de imprensa.

Ao contrário do tratamento que dispensa a outras organizações juvenis e designadamente das que estão ligadas aos partidos do actual Governo, a Televisão sempre que se trata de uma qualquer iniciativa da Juventude Comunista persiste — e já lá vão dois anos — em quedar-se por um completo e comprometedor silêncio.

A JCP diz que esta atitude só se explica por compadrio político e por uma despodrada imparcialidade. E tem razão.

Com efeito, desta vez chegou-se ao ponto de contactar por três vezes o Serviço de Agenda — no sentido de garantir a presença de uma equipa — e nem mesmo assim a TV se dignou enviar um redactor ao local da reunião apesar de promessas feitas nesse sentido.

Para manifestar o seu repúdio por este inqualificável comportamento a JCP enviou uma carta de protesto à administração da RTP exigindo o fim das discriminações, o respeito pelo pluralismo e a reposição da legalidade.

Saudação ao X Congresso do PCP

A realização do X Congresso do PCP, que tem lugar nos próximos dias 15, 16, 17 e 18 de Dezembro no Porto, será um marco histórico na sua vida e mais um motivo de orgulho dos jovens comunistas na actividade e vivência do seu Partido.

A CC da JCP, está certa de que este X Congresso constituirá uma nova prova de indiscutível unidade do nosso Partido, da sua firmeza na acção, do seu elevado espírito democrático da sua vida interna, do seu prestígio internacional.

O X Congresso realiza-se

numa altura em que o Povo português desenvolve uma tenaz luta contra a política reacção e antidemocrática do Governo de Mário Soares/Mota Pinto, numa altura em que os inimigos da democracia querem fechar as portas que Abril abriu à juventude, aos trabalhadores e ao Povo português.

Por isso, o X Congresso será também um marco fundamental na luta do Povo português pela revolução do processo revolucionário e democrático, no espírito do 25 de Abril, na sua luta por um futuro me-

lhor para o Povo português. A CC da JCP saúda, em nome de todos os jovens comunistas, o X Congresso do nosso Partido, realinhando a sua total confiança no seu papel dirigente e garante a manutenção da combatividade, firmeza e empenhamento da JCP na luta pela mobilização da juventude portuguesa para as tarefas futuras em que o nosso Partido esteja empenhado.

A Comissão Central da Juventude Comunista Portuguesa
23 de Outubro de 1983

Trabalhadores

I Congresso da US do Porto

Lutas e exigências actuais no centro dos debates

Anunciada manifestação em Lisboa

A União dos Sindicatos do Porto, que é a maior organização social do distrito, representando mais de 300 mil trabalhadores sindicalizados, reuniu sábado e domingo o seu I Congresso, que elegeu o Secretariado (órgão dirigente que foi alargado para 39 elementos; anteriormente tinha 25) e aprovou por larga maioria um programa de acção, um caderno reivindicativo e os novos Estatutos da organização. O encerramento do Congresso, Armando Teixeira da Silva, coordenador nacional da CGTP-IN, anunciou para os primeiros dias de Novembro uma grande manifestação junto da Assembleia da República. O objectivo principal dessa acção de massas é a exigência do pagamento dos salários em atraso e a sua regularidade mensal.

No quadro actual das lutas por direitos elementares contra a ofensiva do Governo, o Congresso, que reuniu os repre-

sentantes de 90 por cento dos sindicalizados do distrito (550 delegados de 64 sindicatos, sendo 10 observadores, 26

não filiados na CGTP e 1 filiado na UGT, o dos Bancários do Norte), preconizou o alargamento e o reforço da unidade, que ocupa parte importante do programa de acção, aprovado após uma discussão aprofundada que contou com 60 intervenções.

No início dos trabalhos foi apresentado por Pacheco Gonçalves o relatório de actividade do secretariado cessante. Traçado um panorama das lutas entretanto desenvolvidas e analisada a situação política, económica e social em que decorreram, o relatório faz uma referência destacada ao Pri-

meiro de Maio de 1982 no Porto e aos acontecimentos sangrentos que o assinalaram. Acerca dessa data, Pacheco Gonçalves afirmou que «a repressão então desencadeada ficará como baluarte da luta dos trabalhadores e do povo do Porto, de resistência e de defesa da democracia». Sobre o Primeiro de Maio deste ano o primeiro Congresso da USP reafirmou «o direito de todos os trabalhadores e da população do Porto à utilização da baía da cidade como local tradicional das suas lutas — direito que o sangue derramado no Primeiro de Maio de 1982 mais consolidou».

Além de um Secretariado mais numeroso, os novos Esta-

tutos fixam a Comissão Executiva como órgão estatutário, estabelecem uma quotização extraordinária dos sindicatos filiados na USP para a cobertura financeira das grandes iniciativas do movimento sindical unitário no distrito (três por cento sobre a receita mensal, descontados directamente para a União) e designam a nova composição do Conselho Geral, como órgão consultivo e dinamizador, agora reforçado com representantes directos das empresas com mais de 500 trabalhadores.

Os Estatutos foram aprovados na primeira sessão de trabalhos, sem votos contra e com 21 abstenções. Presidida por Vítor Ranita, da Comissão



Executiva da USP, essa primeira sessão contou com a presença de Armando Teixeira da Silva, Manuel Carvalho da Silva e Joaquim Calhau, membros da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP.

Convidada a assistir ao I Congresso da USP, a DORP do PCP fez-se representar por Edgar Correia, Rosa Dias e Vidal Pinto, membros do Comité Central.

Desenvolver a organização

No projecto de programa de acção, apresentado por Vítor Ranita do Secretariado e da Comissão Executiva da USP, membro do Conselho Nacional da CGTP-IN, salienta-se que o ajustamento ao distrito do Porto da acção e do desenvolvimento da organização sindical, de acordo com as orientações do IV Congresso da CGTP, tem de reflectir «a existência de uma forte concentração industrial nos concelhos do grande Porto, numa área mais vasta de características essencialmente rurais, e o desenvolvimento económico baseado na actividade da esmagadora maioria de muitas pequenas e médias empresas de indústria ligeira e de prestação de serviços, de onde resulta o facto de haver no Porto uma utilização muito significativa da mão-de-obra feminina».

Das numerosas intervenções que se seguiram no âmbito do debate do programa de acção, destacam-se as dos representantes dos Sindicatos Têxtil, Telecomunicações, Mineiros, Químicos, Professores, Escritórios e Serviços, Calçado, Aduaneiros e Despachantes, Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa, e Metalúrgicos.

A tônica dominante das intervenções, foi o ataque à política do Governo Mário Soares/Mota Pinto e as degradantes

condições de trabalho e de vida que têm sido impostas aos trabalhadores.

Do programa de acção aprovado pelos delegados ao congresso, salienta-se a definição dos objectivos prioritários de luta: garantia inequívoca do respeito pela Constituição e pelas leis em vigor; garantia da manutenção do sector público da Comunicação; garantia e protecção dos direitos sindicais; garantia da realização efectiva dos direitos dos trabalhadores, nomeadamente a revogação da lei dos despedimentos; defender o direito ao trabalho; combater o desemprego e os contratos a prazo; lutar pelo pagamento dos salários em atraso; pelo direito à formação profissional; pelos direitos das mulheres e dos jovens, por melhores condições de vida.

O reforço da organização sindical, é outro dos pontos importantes do programa, que aponta para o aumento da sindicalização, o reforço da organização sindical nas empresas e uma reestruturação que reforce a organização sindical e permita uma maior capacidade de intervenção dos sindicatos.

A unidade é questão central

A unidade dos trabalhadores é sem dúvida uma questão central do movimento sindical unitário. Por isso ela ocupa uma importante parte do programa aprovado e lembra que o desmascaramento do divisionismo é preciso para a defesa dos trabalhadores. «Em numerosos casos, os divisionistas tentam penetrar entre os trabalhadores pela oferta obscura de regalias sociais, como seguros de vida, apoio jurídico em questões civis... Mas os divisionistas aparecem dentro de cada empresa em estreita ligação com o patronato. Benefi-

ciando de apoios materiais e de possibilidades de deslocação e outras regalias, os divisionistas não raras vezes se revelam laiaços do patronato, envolvendo-se directamente na repressão aos trabalhadores, designadamente aos activistas sindicais como no caso dos despedimentos colectivos na Alumina e na FERPOR» — lê-se a propósito no programa de acção.

Na última sessão do Congresso foi discutido e votado um outro importante documento — o caderno reivindicativo.

Este caderno reafirma como reclamações fundamentais as contidas no caderno reivindicativo aprovado no IV Congresso da CGTP. Tendo em conta a situação e as condições concretas da realidade económica, social, cultural e política da área em que vivem os trabalhadores do distrito, apresenta algumas reivindicações específicas, nomeadamente no que diz respeito ao emprego e segurança no emprego, aos salários em atraso, à garantia e exercício das liberdades e direitos democráticos e sindicais, à liberdade sindical na empresa, aos horários de trabalho, às condições de vida — saúde e segurança social, habitação, transportes, educação, direitos dos reformados, mulheres, jovens, trabalhadores-estudantes, deficientes, emigrantes.

No final do Congresso foi apresentado o Secretariado eleito e interveio o representante da CGTP-IN, Armando Teixeira da Silva, que, numa análise da situação política e sindical, reafirmou a necessidade de uma nova política, anúncio a manifestação junto da Assembleia da República pelo pagamento dos salários em atraso, condenou a prática generalizada da aprovação de leis contra os direitos dos trabalhadores e reclamou a sua revogação.

LUTAS Conflitos alastram

Salários em atraso, instabilidade de emprego e despedimentos continuam, semana a semana, na agenda dos conflitos e lutas dos trabalhadores e sindicatos, que defendem direitos elementares como a contratação e a negociação colectiva. Enquanto o Governo o manda carregar sobre os vidreiros da Marinha Grande (ver artigo nesta página) os conflitos alastram, as formas de luta e os protestos sobem de tom, abrangendo sectores como os médicos, professores, Função Pública e comunicação social.

CP — Suspensões e despedimentos em número superior a 1200, menos linhas e menos serviços, em qualidade e quantidade, redução do contrato de cargas com a Rodoviária Nacional são algumas das medidas preconizadas pelo conselho de gerência da CP que considera a empresa em «situação financeira dramática». A Federação dos Sindicatos Ferroviários, afirma que além dos restantes trabalhadores (entre 5 e 10 por cento são contratados a prazo) os despedimentos vão atingir cerca de mil guardas substitutas das passagens de nível e os postos de trabalho de empresas empreiteiras dependentes da CP. Depois de 14 de Outubro, uma delas já despediu 200 trabalhadores.

FACOPLA — Credores de quase 15 mil contos de salários em atraso, os perto de 100 trabalhadores desta empresa do Seixal são obrigados a procurar trabalho a prazo em outras empresas, enquanto a maioria permanece numa situação próxima da miséria, revela o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Sul. O Sindicato acrescenta que os trabalhadores já há 14 meses que suportam essa situação devido à falta de matéria-prima (plásticos) e ao corte de energia, pois o patronato não paga à EDP. Os trabalhadores reafirmam que a empresa tem condições para trabalhar, desde que a gestão seja «honestas e competentes».

COMETNA — O Tribunal mandou recentemente reintegrar o delegado sindical despedido, Manuel Francisco do Nascimento. A Cometna terá que pagar-lhe as remunerações relativas ao período em que foi forçado àquela situação que as organizações represen-

tativas dos trabalhadores consideraram ilegal.

GELMAR — Os trabalhadores continuam sem salários e sem subsídios de férias desde Julho findo. Para 25 e 26 do corrente foram anunciadas mais formas de luta, incluindo uma vigília de 24 horas junto à Secretaria de Estado do Comércio Interno. As ORTs acusam o Governo de voltar as costas aos trabalhadores e aos seus problemas, o mesmo sucedendo com a administração que pretende facilitar por todos os meios a reprivatização do sector (peixe congelado) tendo já um dos ex-gestores aberto uma empresa privada do mesmo ramo da Gelmar. Os trabalhadores acusam a administração de malbaratar os dinheiros públicos, incluindo seis mil contos pagos por um «estudo de viabilização», que ficou nas gavetas ministeriais.

EPNC/ANOP/RTP — Comissão de Trabalhadores e sindicatos da Empresa Pública «Notícias/Capital», ameaçada, como se sabe, pela «situação económica difícil» decretada pelo Governo, aprovaram um programa de luta cuja discussão pelos trabalhadores estava prevista para anteontem. Encar-se, entre outras acções, a ocupação dos postos de trabalho, se forem por diante as ameaças de despedimento. Na ANOP, enquanto a Procuradoria-Geral da República considerava que existem infracções no contrato celebrado entre o Governo e a agência NP, designadamente por ter sido assinada por um prazo de oito anos quando só havia autorização para três, os representantes dos trabalhadores da primeira daquelas agências, que como se sabe é estatizada, anuncia-

mente aqui se referiu em particular.

EUROFER — Nesta empresa do Porto, pertencente a um grupo multinacional suíço, os trabalhadores acusam o patronato de esbanjamento, práticas sumptuárias, utilização de bens e trabalho em proveito pessoal e outras «práticas corruptas», como seja «a utilização de dinheiro da empresa para comprar amigos». A Eurofer, que dispõe de capitais públicos e facilidades fiscais, não respeita

as leis do trabalho, nem o contrato colectivo do sector, acusa a Comissão de Trabalhadores.

MDF — Desfilando com bandeiras negras pelas ruas do Tramagal, 97 por cento dos trabalhadores da Metalúrgica Duarte Ferreira, que fizeram uma greve nesse dia (17) juntando-se aos companheiros da Somape na luta pelo pagamento dos salários em atraso, concentraram-se junto da administração onde entregaram duas moções aprovadas em plenário. O Governo é responsabilizado pelas consequências da luta na MDF, a maior empresa de metalomecânica ligeira do País, devolvida ao capital privado, referem os trabalhadores.

FARO-PEIXE — Seis empresas do concelho de Olhão (Gelmar, Faro-Peixe, Ormiz, Saia e Irmãos, J. A. Rita, e

salvação da empresa. Empunhando bandeiras pretas, símbolos da fome, os trabalhadores daquela firma fizeram-se ouvir na assembleia comemorativa do 113.º aniversário do Município, apesar de o presidente da Assembleia, um eleito do PS, ter tentado encerrá-la. Entretanto, era marcada uma reunião na Câmara. No caso de o Governo manter o silêncio sobre as propostas dos trabalhadores, entregues em Julho no sentido de manter a empresa em funcionamento e garantir os postos de trabalho, novas formas de luta serão adoptadas incluindo uma manifestação em Lisboa.

CTM — Os trabalhadores da Companhia de Transportes Marítimos, ameaçada de desmembramento e extinção, concentraram-se no dia 20 em frente à Secretaria de Estado da Marinha Mercante. Há anos que os trabalhadores lutam pela consolidação da empresa nacionalizada como se sabe. O Sindicato maioritário afirma que o seu encerramento seria um «auténtico lock-out». São reclamados salários em atraso e o seu pagamento normal.

PROFESSORES — A greve e concentração dos professores de Trabalhos Manuais e do 12.º Grupo não foram desconhecidas pela respectiva Federação, porque a reunião com o ministro da Educação no dia 19, que durou cinco horas, serviu «para mostrar que o Ministério de José Augusto Seabra persiste teimosamente numa orientação cega e surda, que impede a resolução de problemas dos professores e da Educação», pelo que aos docentes «não resta outra solução que não a luta pelos seus direitos», reafirma a Federação Nacional dos Professores. A FENPROF, que transcreve a ordem de trabalhos da reunião, afirma que o essencial desta se «centrou na análise dos problemas criados pelo Ministério no curso de complemento dos professores do 12.º Grupo e Trabalhos Manuais. A FENPROF reafirmou a necessidade de o Ministério respeitar o que se encontra consignado no decreto-lei 94/82, de 25 de Março, alterado ilegal e unilateralmente pelo despacho 51/ME/83. A Lei, quando se fez foi para todos, Ministério e professores», salienta a Federação que tratou ainda de outros assuntos com o ministro, designadamente a «suspensão do despacho 61/ME/83, uma vez que vem penalizar os professores que integram os conselhos directivos».

MÉDICOS — As necessidades da população no campo da saúde e a ameaça de desemprego lançada sobre os jovens médicos pelo Governo continua a ser alvo de tomadas de posição sindicais contra os projectos do respectivo Ministério. Segundo os Sindicatos não há médicos a mais. Na Assembleia Distrital da Ordem, cerca de 350 médicos aprovaram quinta-feira, dia 20, uma moção de solidariedade para com a luta dos policlínicos, que entretanto se haviam concentrado como forma de protesto junto do Ministério da Saúde. Segundo o Sindicato do Sul, que acaba de inaugurar a sua sede em Lisboa, uma reunião com o ministro no dia 11 não permitiu sair do «impasse». No entanto «os Sindicatos foram informados da possibilidade de se realizar a curto prazo nova reunião com o Ministério», que pretende despedir dois mil médicos e reduzir ainda mais as entradas («numerus clausus») na Faculdade de Medicina. Foi marcada uma greve de policlínicos para o próximo dia 3.

Principais paralisações, marcadas até anteontem:
Dia 25: Gelmar. Vigília de 24 horas a partir das 9 horas da manhã.
Dia 26: MDF (Tramagal). Concentração e início da paralisação prevista até às 12 horas do dia 29.
Dia 27: MDF (Porto e Lisboa). Paralisação desde as 15 horas até às 12 horas do dia 29.
Dia 27: Jornada de luta nacional dos trabalhadores da metalurgia e metalomecânica, incluindo paralisação entre as 15 e as 20 horas e concentrações em várias localidades, designadamente Lisboa e Porto. Distribuição de comunicados à população.
Dia 2: Descarregadores da pesca da sardinha do porto de Portimão. Previstas paralisações por tempo indeterminado.
Dia 3: Greve dos policlínicos.

Manuel de Sousa) devem salários e outras remunerações aos trabalhadores. Nalguns casos, esta situação dura há meses, estando mesmo algumas em risco de encerrar, adverte a Comissão Conciliadora de Olhão do PCP em comunicado recente.

ERNESTO CRUZ — Os cerca de 400 trabalhadores desta empresa do ramo têxtil (Covilhã) têm desenvolvido várias lutas pelos salários em atraso

MOVIMENTAÇÃO EM SETÚBAL Há alternativas

«É possível viver melhor» — sublinha a União

Há alternativas para esta política de desastre e «é possível viver melhor», sublinha o secretariado da União dos Sindicatos de Setúbal num comunicado distribuído em 25 do corrente sobre o «intenso trabalho de esclarecimento e mobilização da população para os graves problemas que a afectam». No âmbito desse trabalho, desenvolvido pelos activistas sindicais em todo o distrito nos últimos dias, «foram distribuídos 60 000 comunicados de denúncia da gravíssima situação em que vivem 15 000 trabalhadores a quem o patronato deve de salários cerca de 1 000 000 de contos».

A USS fornece exemplos:
● Na Lisnave a dívida para com os trabalhadores é de cerca de 500 mil contos.

● Na Parry & Son desde Maio que os trabalhadores não recebem.

● Na CPP desde Abril que os trabalhadores não recebem.

● Na Mompur os trabalhadores ainda não receberam os meses de Agosto e Setembro.

● Na Facopla há 14 meses que os trabalhadores não recebem.

● Na Socorquex desde Novembro de 1982 que os trabalhadores não recebem.

● Na Novobra não receberam Agosto e Setembro, subsi-

do de férias e partes de Junho e Julho.

● Na Vargas Palma os trabalhadores só receberam 3 contos de Agosto.

● Na Oliveira Martins Alves, os trabalhadores só trabalham 2 dias por semana.

● Na Saúl F. Lopes os trabalhadores estão há 4 meses sem salários.

● Na Lundberg há 7 meses que não são pagos os salários.

«A crise que se vive no nosso país, acrescenta a USS, é provocada pela acção concreta Governo/patronato, que visa quebrar e enfraquecer a organização dos trabalhadores, permitindo assim a rápida acumulação capitalista à custa duma desenfreada exploração dos trabalhadores».

Depois de referir que «para alterar esta política o caminho é lutar», a União dos Sindicatos de Setúbal sublinha que o Governo não tem alternativa para resolver a crise. Pelo contrário, tem é planos para agravá-la.

Salienta o secretariado da USS:

«Alertamos a população, alertamos os governantes para a degradação das condições de vida das famílias, a nível social, económico e psicológico, para os perigos que correm milhares de crianças com fome, sem possibilidade de ir à escola, sem meios de poderem vestir a calçar condignamente,

porque os pais não recebem salários».

Manifestação na Figueira

As alternativas propostas pela CGTP-IN, nomeadamente nos «22 pontos» apresentados ao Governo e que o Governo ignora, foram entretanto defendidos com entusiasmo e vontade de luta na manifestação que em 18 do corrente culminou na Figueira da Foz a jornada de manifestações e concentrações promovida pela Central e que decorreu por todo o País. Intervieram vários dirigentes sindicais e a União de Sindicatos distribuiu um manifesto onde se expõe e condena a política seguida pelo Governo PS-PSD e se chama a atenção para a gravidade da situação vivida por muitos milhares de famílias sem salários, sem garantia de emprego. Sujeitas a preços e impostos assustadores.

Mais de um milhão de manifestantes percorreram a Rua 5 de Outubro em direcção ao Bairro Novo, empunhando bandeiras, incluindo a da fome.

Foi manifestada a combatividade dos trabalhadores, como o foi também o volume do efectivo policial, considerado inadequado numa manifestação legalmente convocada e que decorreu ordinarmente como se verificara, aliás, há dias noutros pontos do País.

Deficientes em Congresso

Convocado pelo «direito à vida, à reabilitação e ao trabalho», a União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes reuniu 750 delegados do continente e da Região Autónoma da Madeira no II Congresso Nacional de Deficientes que decorreu sábado e domingo no Pavilhão da Académica da Amadora. Entre as conclusões do Congresso sobressai a reivindicação associativa de parceiro social reclamada ao Governo juntamente com o direito de antena na rádio e televisão.

Essas reivindicações constam de um caderno em 50 pontos a satisfazer a médio e curto prazo. Entre outras medi-

das, reclama-se dos governos que «se comprometam a desenvolver campanhas de sensibilização sobre a problemática dos deficientes através dos meios de comunicação social, especialmente na rádio e televisão, promovendo programas especiais». Reivindica-se, nomeadamente, a revogação da Lei Orgânica do Secretariado Nacional de Reabilitação; o melhoramento das pensões de invalidez, reformas e subsídios de grandes deficientes; e a «criação do cartão nacional de deficiente que o permita identificar como beneficiário de todos os serviços a que tem direito».

Medidas relacionadas com

saúde, habitação, isenção de direitos, criação do Conselho Nacional de Reabilitação e do Instituto Nacional de Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais, a aplicação imediata do decreto que elimina as barreiras arquitectónicas e a revogação do decreto sobre a aquisição de viatura própria constam também do extenso caderno reivindicativo aprovado pelo Congresso em que estiveram representadas 35 associações.

Presentes, entre outras como convidadas, delegações do grupo parlamentar do PCP, da CGTP-IN e da Associação 25 de Abril.

Metalúrgicos param hoje

No âmbito de uma jornada nacional de luta, convocada pela Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal, param hoje entre as 15 e as 20 horas os trabalhadores do sector. Decidida no dia 20 pelos Sindicatos representativos, a jornada incluirá concentrações (Lisboa: São Bento; Porto: Praça da Liberdade) e distribuição de comunicados à população. Apelo a uma participação em massa, o secretariado da Federação indica como objectivos da jornada a revisão do Contrato (CCTV), o pagamento dos salários em atraso, contra a lei dos despedimentos lay-off e contra o roubo do 13.º mês.

O patronato «apresentou-se mais uma vez de mãos vazias» na reunião de conciliação (do CCTV) efectuada há dias no Ministério do Trabalho, e o representante deste órgão do Governo «pretende pura e simplesmente acabar com o processo de conciliação». Acrescenta a Federação que a Comissão Negociadora Sindical «ao demonstrar mais uma vez nessa reunião as ilegalidades praticadas pelo patronato e pelo Governo, exigiu a continuação do processo» de conciliação. Ficou marcada nova reunião para o próximo dia 2.

Ao anunciar a jornada nacional de luta, que prevê a realização de outras concentrações além das de Lisboa e Porto, a Federação dos Sindicatos responsabiliza «o secretário de Estado do Trabalho pela situação criada, pois, apesar de há

quase dois meses esta Federação ter pedido uma reunião com este senhor, ele tem-se recusado sistematicamente a reunir com os representantes dos trabalhadores».

A Federação acusa o patronato de boicotar as negociações de revisão do CCTV, que se prolongam há meses, levando os trabalhadores a adoptar formas de luta. O boicote do patronato teria, segundo a Federação, o apoio do representante do Ministério do Trabalho nas reuniões de conciliação. O MT esquece assim «todas as injustiças sociais» que procura legalizar com a sua acção.

Projecto do PCP sobre salários

À semelhança de outras organizações representativas dos

trabalhadores, a Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal e o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas (SIESI) apoiaram já publicamente o projecto de decreto-lei 14/III sobre a garantia de pagamento dos salários em atraso, que o grupo parlamentar do PCP apresentou na Assembleia da República.

As organizações sindicais salientam a constitucionalidade do projecto e chamam a atenção para o facto de o Governo continuar indiferente perante as dívidas de salários que a Federação dos Metalúrgicos designa por «verdadeiro flagelo nacional e social».

O SIESI pronuncia-se entretanto sobre o projecto de diploma para o trabalho suplementar da autoria do Governo. Considera nomeadamente que o respectivo texto contradiz «os propósitos que o projecto anuncia ter em vista». O SIESI diz que o projecto do Governo não assegura «o direito à limitação da jornada de trabalho».

Para aquele Sindicato o projecto de diploma sobre trabalho suplementar pretende «confundir a opinião pública e os trabalhadores».

Depois de referir que o projecto governamental «não deli-

Nacional

MARCHAS DA PAZ EM SETE CIDADES

• Semana do Desarmamento termina no sábado

Empregos, saúde e pão! Armas nucleares não! Vida sim, Morte não! Novos mísseis na Europa não!

Estas são algumas das palavras de ordem que no próximo sábado, dia 29, vão animar grandes manifestações populares em sete cidades portuguesas, a partir das 15 horas: **Lisboa, Porto, Coimbra, Évora, Beja, Figueira da Foz e Vila Real de Santo António.** Serão as Marchas da Paz/83, iniciativa de sensibilização da opinião pública portuguesa integrada na campanha nacional de desarmamento, que decorre em apoio da campanha mundial promovida pelas Nações Unidas.

Em conferência de imprensa realizada em Lisboa pela comissão coordenadora da referida campanha nacional foram revelados aos representantes da Comunicação Social portu- gueses sobre a realização das marchas e das outras iniciativas incluídas na **semana de desarmamento**, iniciada na passada segunda-feira, Dia das Nações Unidas, e que culminará no próximo sábado. Presentes neste encontro com os jornalistas alguns dos primeiros signatários do **Apelo** divulgado em Agosto de 1983 e ainda o deputado trabalhista britânico James Lamond, vindo expressamente de Londres, onde no último sábado participou na imponente marcha da paz aí realizada.

Antes de referirmos a temática abordada na conferência de imprensa, convém recordar que no referido **Apelo** divulgado em Agosto último, os seus signatários propunham «as associações cívicas, religiosas, culturais, sindicais, às escolas, aos órgãos de comunicação social, às forças políticas, às autarquias, aos órgãos de soberania, a promoção de iniciativas que assinalem no nosso país a Campanha Mundial pelo Desarmamento e, em particular, a celebração do Dia Internacional da Paz, proclamado pela ONU, em 20 de Setembro, e da **Semana Mundial de Desarmamento**, de 24 a 30 de Outubro».

Subscrito por centenas de personalidades (políticos, jornalistas, escritores, professores, autarcas, médicos, artis-

gal, e dos doutores Abranches Ferrão, Mário Dionísio, Piteira Santos, Sílas Cerqueira e Vasco da Gama Fernandes, além de Gualter Basílio, Manuel Lopes (dirigente da CGTP-IN) e do deputado inglês a que já aludimos.

Barahona Fernandes abriu a conferência de imprensa salientando a importância das iniciativas enquadradas na semana do desarmamento, passando depois a palavra ao sr. James Lamond, que numa breve declaração desejou êxitos para as marchas da Paz em Portugal, sublinhou a posição perigosa em que se encontra o seu país no quadro da tensa situação internacional e deu especial significado ao movimento de unidade que se regista presentemente em Inglaterra, sob a bandeira da luta pela Paz e pelo Desarmamento.

James Lamond referiu a propósito que destacadas personalidades do seu país estão a pôr de parte diferenças de opinião política, reunindo as suas vozes na questão comum da defesa da paz e da vida, contra os perigos da guerra.

O deputado Lamond salientou também o grande impacto da marcha da paz realizada na semana passada em Londres, com mais de 250 mil pessoas, iniciativa que contou com a presença de personalidades de todas as forças políticas, do Partido Conservador ao Partido Comunista, do Partido Liberal ao Partido Trabalhista. No grande comício de encerramento, referiu Lamond, usou

Perez de Cuellar, no Dia das Nações Unidas, documento apresentado pelo embaixador António Muíños, director do Centro da ONU em Portugal.

«Todos os anos o Dia das Nações Unidas recorda-nos a necessidade de reafirmarmos o nosso comprometimento com os objectivos e princípios da Carta das Nações Unidas. Nunca como nos anos recentes esta necessidade se mostrou tão urgente e imperiosa. Nunca como agora se tornou tão necessário aplicar a nossa fé nesses princípios para procurar resolver realmente situações que afectam a paz e a segurança internacionais» — assim começa a mensagem do dirigente máximo da ONU, que acrescenta em seguida:

«Chegamos a uma fase altamente crítica da evolução das questões internacionais. Parece ter-se enfraquecido o «elan» que aponta para uma ordem internacional justa, pacífica e estável. O sentimento da existência dum futuro comum e do mesmo interesse em preservar a paz dissipou-se em múltiplas confrontações. A aproximação multilateral que é a chave de soluções duráveis para a maior parte dos problemas políticos e económicos do Mundo é frequentemente substituída por medidas unilaterais ou por uma diplomacia bilateral, orientadas ambas para objectivos limitados e a curto prazo. Disso resulta um declínio da confiança mútua entre nações, que apenas pode constituir um terreno propício para o desenvolvimento de tensões e conflitos».

Depois de declarar que «a Carta reflecte a determinação dos povos do Mundo em criar um sistema eficaz de segurança internacional e de cooperação para o progresso económico e social de todos os povos» e que «a Organização das Nações Unidas foi concebida para ser o instrumento central desse esforço multilateral», a mensagem de Perez de Cuellar sublinha que «a evolução recente da situação mundial mostrou os méritos do espírito de internacionalismo que as Nações Unidas encarnam e sem o qual o Mundo se arrisca a sobragar inexoravelmente na anarquia e no caos».

«No século XX», recorda o secretário-geral da ONU, «a Humanidade conheceu já as atrocidades e as enormes perdas materiais provocadas pela sua recusa de observar um código de conduta internacional. Enquanto o homem continuar a consagrar recursos exorbitantes aos armamentos, arriscamo-nos a ver esta situação reproduzir-se. Uma tal calamidade no Mundo actual, já de si superarmado e supermilitarizado, não provocaria menos que o aniquilamento de toda a civilização e de toda a vida organizada sobre o nosso planeta».

Já depois do dia 24, decorreram iniciativas idênticas em Castelo Branco, Barcelo, Alverca, Lisboa, Odivelas, Algueirão, Torres Vedras, Porto, Cova de Piedade e em várias empresas e escolas.

Para hoje e amanhã estão marcadas sessões em Alverca, Margueira (Lisnave), Vila Franca de Xira, Setúbal, Junta de Freguesia da Buraca, Escola Secundária D. Pedro V, Parede, Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros e Montelavar. No total, o número de sessões realizadas pode atingir as seis dezenas.

Quanto às iniciativas centrais, programadas entre os dias 24 e 29 (próximo sábado), podemos destacar, a título de exemplo o «espaço pela Paz no Rossio» (das 14 às 20 horas, todos os dias, excepto sábado, com banca, exposição, música e intervenções), cinema pela paz e o desarmamento (hoje, às 18 e 30, no salão do Sindicato do Comércio e Serviços, na Rua Almirante Barroso,

n.º 3, Lisboa), conferência de imprensa para divulgação do programa definitivo da marcha (hoje às 15 horas) e Dia da Juventude pela Paz e o Desarmamento (amanhã durante todo o dia).

Voltoando ainda à projecção de filmes, refira-se o nome da obra que é apresentada hoje: «S. Miguel tinha um galo», dos irmãos Taviani. Ontem foi exibido «O Regresso dos Heróis», de Hall Hasby e o filme documentário da ONU «A ameaça nuclear». Antontem, passaram no ecrã do estúdio do Comércio o filme do japonês Hani Susumu, «Profecia», e «Deram-lhe uma espingarda», de Dalton Trumbo.

Plenários de partidários da marcha, uma conferência de imprensa, várias acções promovidas por organizações da juventude e das mulheres têm decorrido como forma de sensibilização para a importância desta marcha onde crianças, mulheres e jovens têm já marcado forte presença. Na Assembleia Municipal de Gondomar e em várias Assembleias de Freguesia foram aprovadas moções de apoio à marcha e ao Movimento da Paz contra a guerra nuclear.

A marcha da Paz no Porto partirá da Praça Carlos Alberto onde se realiza um espectáculo inicial com a participação, entre outros, do grupo UHF, percorrendo depois algumas ruas até à Baixa do Porto, onde encerrará com uma largada de bombos.

A marcha da Paz no Porto partirá da Praça Carlos Alberto onde se realiza um espectáculo inicial com a participação, entre outros, do grupo UHF, percorrendo depois algumas ruas até à Baixa do Porto, onde encerrará com uma largada de bombos.

Amplo movimento de adesões e apoio

Na sequência dum **Apelo** divulgado em Agosto deste ano por centenas de personalidades e associações a propósito do apoio em Portugal à campanha mundial das Nações Unidas pelo desarmamento, gerou-se a partir daquela data um amplo movimento de adesões aos princípios enunciados nesse documento, por parte de numerosas personalidades representativas dos meios políticos, culturais, científicos, económicos, sociais, religiosos, etc., bem como de numerosas associações do cariz mais diverso: sindicatos, uniões sindicais, movimentos de opinião, associações de amizade, clubes desportivos, associações culturais, organismos religiosos, etc.

De salientar, por exemplo, as assinaturas de apoio à campanha de desarmamento e às marchas da Paz no plano regional, nomeadamente nas regiões a que pertencem as cidades onde no próximo sábado se vão realizar as marchas da Paz.

vidos no âmbito da semana do desarmamento. Além duma programação central, em Lisboa, as actividades têm decorrido um pouco por todo o País, com vasta participação popular nas sessões de esclarecimento, nos colóquios e nas sessões culturais, em particular com a apresentação de filmes alusivos ao tema da Paz.

Números citados na conferência de imprensa apontam à realização de 25 sessões até ao passado dia 24, nomeada-

mente realizadas por organizações da juventude e das mulheres têm decorrido como forma de sensibilização para a importância desta marcha onde crianças, mulheres e jovens têm já marcado forte presença.

Quanto às iniciativas centrais, programadas entre os dias 24 e 29 (próximo sábado), podemos destacar, a título de exemplo o «espaço pela Paz no Rossio» (das 14 às 20 horas, todos os dias, excepto sábado, com banca, exposição, música e intervenções), cinema pela paz e o desarmamento (hoje, às 18 e 30, no salão do Sindicato do Comércio e Serviços, na Rua Almirante Barroso,

onde se realiza um espectáculo inicial com a participação, entre outros, do grupo UHF, percorrendo depois algumas ruas até à Baixa do Porto, onde encerrará com uma largada de bombos.

Apoiemos as Marchas da Paz!

1. Estão anunciadas para o próximo sábado, dia 29 de Outubro, Marchas da Paz em Lisboa, Porto, Évora, Beja, Vila Real de Santo António, Coimbra e Figueira da Foz.

2. As Marchas da Paz convocadas para o próximo dia 29 apresentam-se como ponto alto de um amplo e diversificado conjunto de iniciativas unitárias em defesa da Paz e pelo Desarmamento que tem vindo a ter lugar por todo o País; respondem ao apelo da ONU para a celebração de 24 a 30 de Outubro da Semana Mundial de Desarmamento; inserem-se no vasto movimento popular pela paz que em todo o mundo, e em particular na Europa, está nestes dias a mobilizar muitos milhões de pessoas das mais diversas filiações políticas, confissões religiosas e opções ideológicas, em defesa da Paz, pelo desarmamento, contra a instalação dos novos mísseis na Europa, para prevenir o holocausto nuclear; inserem-se na luta do Povo português em defesa da soberania e independência nacional, contra a instalação e trânsito de armas nucleares por Portugal que, a concretizar-se, poria em risco a segurança de Portugal e a vida dos portugueses.

3. A luta em defesa da Paz, pelo desarmamento e, em primeiro lugar, pela abolição das armas nucleares e todas as armas de destruição massiva, pelo desarmamento geral, simultâneo e controlado e pela dissolução dos blocos militares têm sido uma constante da luta dos comunistas portugueses.

4. No momento actual, novos e seríssimos perigos pairam sobre a Paz e a segurança internacional.

Tais perigos resultam em primeiro lugar das tentativas da Administração de Reagan e dos círculos mais reaccionários da NATO de impedir nas negociações de Genebra um acordo sobre os mísseis de médio alcance e do seu deliberado propósito de iniciar, até ao fim do corrente ano, a instalação na Europa dos novos mísseis nucleares de médio alcance norte-americanos. A consciência deste perigo está bem patente nas poderosas manifestações e acções unitárias e de massas que nos últimos dias tiveram lugar, designadamente na RFA e outros países, para onde está anunciada a sua instalação.

5. Numa tal situação, a defesa da Paz e o desarmamento (e, em primeiro lugar, o desarmamento nuclear) tornaram-se objectivos comuns, centrais e urgentes dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo, dos trabalhadores e do Povo português.

O PCP expressa o apoio dos comunistas portugueses aos objectivos do amplo movimento unitário em curso no nosso país em defesa da Paz, pelo desarmamento, contra a instalação e trânsito de armas nucleares em Portugal de armas nucleares.

O PCP apela para a classe operária, para os trabalhadores, para as mulheres e jovens, para todos os democratas, patriotas e amantes da paz do nosso país para que dêm o seu apoio e participem nas Marchas da Paz convocadas para o próximo sábado, dia 29 de Outubro.

PELA PAZ!
PELO DESARMAMENTO!
PELA INDEPENDÊNCIA NACIONAL!
O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português

Recordando o Apelo de Agosto

(...) Nesta conjuntura crucial, a um tempo de ameaça apocalíptica e de esperança de salvação, revestem-se de excepcional relevância e significado as grandes iniciativas de opinião pública este ano realizadas no Mundo inteiro e, sobretudo, as acções ainda mais vastas que se preparam em toda a Europa, nos Estados Unidos da América, no Japão, em muitos outros países, em especial durante a **Semana Mundial do Desarmamento**, das Nações Unidas, de 24 a 30 do próximo mês de Outubro.

Estas acções procurarão contribuir para a concretização dos objectivos da estratégia internacional de desarmamento da ONU, a saber: «a prevenção do perigo de guerra, e em especial de guerra nuclear, a mais grave e urgente tarefa dos nossos dias»; «a aplicação de medidas para deter e inverter a corrida aos armamentos»; «a realização do desarmamento geral e completo sob controlo internacional». A opinião pública dirá claramente que não quer armas nucleares a Leste, a Oeste, em todo o Mundo; manifestar-se-á por que não sejam instalados novos mísseis no continente europeu e continuem as negociações em curso até à redução recíproca e equilibrada de todos os tipos de armas nucleares já existentes na Europa, importante etapa da sua eliminação completa em todos os continentes.

Também em Portugal cresce um amplo movimento de opinião pública pela prossecução de fins tão eminentemente humanos, em natural consonância com o sentimento dos outros povos e numa justa interpretação do interesse nacional, que se manifesta igualmente na recusa de qualquer nuclearização militar do território pátrio (...)

(Do Apelo divulgado em Agosto último por centenas de personalidades e associações em Portugal)



Milhões de manifestantes por toda a Europa

Mais de dois milhões de pessoas desceram às ruas de várias cidades da Europa, neste fim-de-semana, contra a implantação de novos mísseis norte-americanos na Europa. Meio milhão em Roma, 300 mil em Bona, mais de 250 mil na Grã-Bretanha e em Hamburgo, na RFA, cem mil em Viena de Áustria e em Berlim Ocidental.

Um momento apenas — importante embora — numa batalha que diariamente tem vindo a reunir centenas de milhares de pessoas, numa colectiva exigência de Paz. 140 manifestações nos Estados Unidos, em dois dias. 400 mil pessoas que desfilam em Bruxelas, durante cinco horas. Comícios e manifestações quotidianas nos países socialistas. Na RFA, todos os sectores profissionais participaram, dia a dia, num movimento pela paz que abrange a maioria esmagadora de população de um país que não quer que de solo alemão parta mais alguma guerra, que não quer ser sacrificada em nome dos «interesses vitais» de Washington.

Face à envergadura do movimento, os números perdem o significado. Torna-se cada vez mais evidente que povos inteiros estão conscientes da ameaça que constitui a implantação de novos mísseis nucleares na Europa e que decididamente recusam tal ameaça. Torna-se cada vez mais evidente que estamos a viver o mais massivo movimento pela paz da história da Humanidade. Um momento crucial, uma prova de forças em que se impõe — em nome da própria vida — que a balança penda para o lado das forças da paz, das forças do progresso.

Responsabilidades claras

O comício realizado em Bona contou com a presença

do presidente do Partido Social Democrata da RFA e da Internacional Socialista, Willy Brandt. O que já de si é significativo. Mais sintomáticas ainda são as palavras que dirigiu aos 300 mil manifestantes.

Denunciando a posição assumida por personalidades da NATO, que consideram que «a instalação dos Pershing-2 é mais importante que a destruição dos SS-20 soviéticos», Brandt destacou a oferta da União Soviética de «reduzir os mísseis de alcance médio a um nível substancialmente inferior ao que existia antes da Aliança Atlântica ter adoptado em Bruxelas a «dupla resolução».

O presidente da Internacional Socialista alertou ainda para o facto de o estacionamento dos novos mísseis norte-americanos impulsionarem a espiral armamentista.

No domingo passado, em Berlim Ocidental, o ex-secretário de Estado norte-americano de Defesa, Robert McNamara, afirmou, que a instalação de novos mísseis nucleares norte-americanos na Europa, não é uma necessidade no estrito plano militar e não pode ser justificada por motivos de segurança.



Na foto da esquerda, uma das muitas manifestações da Paz realizadas nas últimas semanas em Berlim Ocidental, como aliás por toda a Europa. A direita, uma imagem de Moscovo, onde 800 mil pessoas participaram numa manifestação pela Paz, dia 1 de Outubro, organizada pelo Comité Soviético de Defesa da Paz. 30 colunas de manifestantes dirigiram-se para 15 pontos de concentração, onde se realizaram comícios e foi unanimemente aprovado um Apelo contra a ameaça nuclear, pela unidade de esforços dos povos de todo o mundo.

Milhões de manifestantes contra os mísseis

todo o desenvolvimento do pós-guerra. Erguem-se novos obstáculos à consecução de acordos sobre as actuais questões internacionais e ao desenvolvimento das relações económicas, em pé de igualdade, livres de quaisquer limitações discriminatórias. Acentua-se o desequilíbrio no desenvolvimento económico dos Estados, agrava-se a situação económica dos países em vias de desenvolvimento».

Este o quadro da actual situação internacional traçado na reunião recentemente realizada em Sófia pelos ministros dos Negócios Estrangeiros do Tratado de Varsóvia. Quadro das pretensões e da política do imperialismo, a que se contrapõe a luta dos povos «que adquire cada vez maiores proporções», e a política de paz do socialismo.

Uma vez mais os países socialistas pedem uma rápida resposta positiva a propostas «Inadiáveis pela sua natureza» — o compromisso de não proceder ao primeiro golpe nuclear, o congelamento simultâneo dos armamentos nucleares, a proibição de ensaios com armas nucleares, a proibição da militarização do espaço cósmico, a libertação da Europa das armas químicas, a redução das forças armadas e armamentos na Europa Central. E ainda, a assinatura de

«Neste momento, assiste-se ao recrudescimento da política imperialista de força e «diktat», de consolidação e revisão das «esferas de influência», de franco recurso à força militar contra Estados e povos, assim como ao fomento dos velhos conflitos militares e à criação de novos focos de tensão. Empreendem-se acções tendentes ao agravamento posterior da confrontação política, e reforçam-se as tentativas de ingerência estrangeira nos assuntos internos de Estados. Consolidam-se as posições do complexo militar industrial, bem como das forças militaristas mais reaccionárias. Fomenta-se a psicosé militarista.

«Fazem-se declarações destinadas a pôr em dúvida os resultados político-territoriais da Segunda Guerra Mundial e de

um tratado de não-emprego recíproco da força militar e de manutenção das relações de paz.

A política de paz do socialismo — cujos objectivos se fundem com os que unem os militantes pela paz de todo o mundo — é inequívoca.

Como recentemente afirmou, em entrevista à BBC, o camarada Vasil Bilak, secretário-geral do CC do Partido Comunista da Checoslováquia, referindo-se à questão central deste momento — a colocação dos mísseis norte-americanos na Europa — «tendo em conta a experiência histórica, a Checoslováquia não pode ficar impassível frente ao facto de que a Ocidente das suas fronteiras se venham a instalar novas armas destrutivas. A Checoslováquia cumpre as suas obrigações que se ligam à defesa da comunidade socialista. Preferíamos que não fosse assim (...). Não caímos no fatalismo de que a guerra seria inevitável e não perdemos a certeza de que existem forças poderosas que podem impedir a guerra, evitar a catástrofe».

Na verdade, lutar pela paz, é confiar nela. O empenho da corrida aos armamentos parte de quem já só pode confiar — e mal — na força das armas para impor as suas posições, a sua política.

tas, actores, músicos, personalidades da vida religiosa, investigadores científicos, etc.) e por numerosas associações dos mais variados sectores, o Apelo de Agosto exortava os cidadãos portugueses, com particular destaque para a juventude, a participarem nas iniciativas mencionadas, salientando-se desde logo o vasto significado das marchas da paz, onde milhares de portugueses, «reunindo a sua voz à dos outros povos, saberão proclamar: não aos novos mísseis na Europa, não às armas nucleares em Portugal, não às armas nucleares a Leste e a Oeste, em todo o Mundo, sim à redução equilibrada e eliminação de todos os tipos de armas nucleares na Europa e no Mundo, sim às negociações efectivas de desarmamento, sim ao desarmamento geral, simultâneo e controlado».

Estes apelos à opinião pública portuguesa foram, agora, reafirmados com nova determinação no encontro com os jornalistas, na passada segunda-feira, na Casa da Imprensa, em Lisboa. A conferência foi dirigida pelo professor Barahona Fernandes, presidente da Associação de Cooperação com as Nações Unidas em Portugal-ACNUP, registando-se também a presença do embaixador António Muíños, director do Centro da ONU em Portu-

Semana do Desarmamento Grande espectáculo Voz do Operário Sexta-feira, 28, ás 21.30 horas

Segréis de Lisboa
Poesia
Espectáculo inédito de Carlos do Carmo
Rogério Paulo

Internacional

LIBANO

Atentados de Beirute
consequência da política dos EUA

Devemos estar mais decididos do que nunca a actuar de tal modo que eles não possam tomar o controlo dessa região vital e estratégica — a afirmação é do presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, que após lamentar a morte dos militares norte-americanos e franceses no atentado de domingo em Beirute, não perdeu tempo e passou ao ataque.

Ainda a acção suicida provocada pelos dois camiões carregados com centenas de quilos de TNT que se lançaram contra os quartéis-generais das tropas francesas e norte-americanas não tinha sido reivindicada; ainda o mundo não se refizera do espanto causado por semelhante acção, e já Ronald Reagan fazia acusações, ameaças e prome-
tiã vinganças.

Informado não se sabe por que fontes, o presidente norte-americano começou por acusar o Irão e terminou, ainda que de forma implícita, por vir o dedo acusador... para a União Soviética.

A sua declaração, de que reproduzimos um extracto, é por si reveladora de muita coisa. Em primeiro lugar, o primeiro responsável da Casa Branca reconhece perante a opinião pública internacional que os Estados Unidos da América não só controlam como desejam continuar a controlar o Médio Oriente, tanto quanto lhes é possível. Não se trata evidentemente de uma novidade, mas não deixa de ser uma constatação interessante.

Em segundo lugar, ao falar em nome do Ocidente — o Ocidente deve estar mais decidido do que nunca a manter o seu controlo sobre o Médio Oriente — Reagan assume-se abertamente como ditador das posições internacionais dos seus aliados.

Em terceiro lugar, Reagan deixa cair a máscara de mediador de conflitos, de ajuda desinteressada em prol da paz no Líbano e de pacificação no Médio Oriente, para deixar claro que o que lhe interessa são os interesses vitais e estratégicos do imperialismo que ali estão em jogo.

Finalmente, ao lançar as suspeitas, em última análise, contra a URSS, o presidente norte-americano mostra como a sua administração está interessada em aproveitar todos os pretextos para lançar mais achas na fogueira do anticomunismo e na corrida aos armamentos.

Independentemente das possíveis análises políticas ao atentado que tantas vítimas provocou, o ocorrido no passado domingo em Beirute vem uma vez mais colocar na ordem do dia uma questão há muito defendida por todas as forças progressistas: a necessidade de se encontrarem outros meios que não os militares para a resolução dos proble-

mas do Líbano e do Médio Oriente em geral.

A presença de forças multinacionais no Líbano, que teoricamente deveriam assegurar a paz, mais não tem provocado do que o reacender dos conflitos, das tragédias, das radicalizações de posições.

Quem está interessado na paz?

Que Ronald Reagan está disposto a pagar com a vida dos seus compatriotas o controlo que já detém no Médio Oriente é ponto assente. Nem de outro modo se poderia entender o pronto envio de mais cento e cinquenta fuzileiros

para o Líbano, um dia após o atentado de Beirute. Mas até quando os norte-americanos estarão dispostos a servir de carne para canhão, na defesa de interesses que não são seus? E os franceses, os ingleses, os italianos?

A necessidade, advogada por Reagan, de uma reunião de alto nível entre os países que integram a força multinacional no Líbano, não visa, ao contrário do que se poderia esperar, o debate sobre soluções pacíficas para a questão libanesa. Na verdade, os libaneses nem chegam a ser considerados como interlocutores na definição do futuro do seu país.

Amin Gemayel é um fantoche às ordens do imperialismo; as forças de oposição, patriotas, só são lembradas nos arremedios de solução que o imperialismo pretende impor.

A afirmação do presidente francês, François Mitterrand, na visita relâmpago que efectuou a Beirute após os atentados, de que eles demonstram a necessidade de definir a missão da força multinacional de paz no Líbano, não augura nada de bom. São conhecidas as posições da França no que toca à política externa e o consenso entre Mitterrand e Reagan quanto à corrida aos armamentos.

Transformar definitivamente o Líbano numa base militar do imperialismo não será propriamente a melhor forma de chegar à pacificação do Médio Oriente.

Mas quem está interessado em pacificação? Os Estados Unidos possuem bases e privilégios militares no Egipto, no Sudão, na Somália, no Barém, Marrocos, Dabay, Djibuti, Arábia Saudita, Líbano, Jordânia, Tunísia, para já não falar de Israel.

Trata-se de um gigantesco arsenal de guerra cuja utilização assume dia-a-dia o carácter de uma intervenção militar directa.

Os atentados de Beirute, pagos com a vida de tantas vítimas, são uma consequência dessa política armamentista e de ingerência norte-americana. Até quando permitirão os povos a imposição da guerra em nome da paz?

Solidariedade

Os massacres recentemente registados na região de Mina, Tripoli, no norte do Líbano, provocaram a mais viva indignação de todas as forças progressistas árabes, dos organismos internacionais e dos democratas de todo o mundo.

O assalto à sede do Partido Comunista Libanês, em Tripoli, bem como o assassinato de cinquenta militantes comunistas, combatentes, civis e diversas famílias, por elementos fanáticos do Movimento de Unificação Islâmica, não podem deixar de favorecer os objectivos do imperialismo no Líbano e no Médio Oriente.

Aqueles acontecimentos, bem como o súbito agravamento da situação que se vive em Beirute, coloca uma vez mais a necessidade da conjugação de esforços da solidariedade internacional para com o Partido Comunista Libanês e o conjunto das forças patrióticas libanesas, na sua dura luta por um Líbano unido, independente, soberano e democrático.

Chipre, conferência em Lisboa

Uma «posição estratégica»
que quer ser ilha de Paz

Reuniu-se em Lisboa neste último fim-de-semana a Conferência Internacional pela aplicação das resoluções da ONU sobre Chipre. Delegados de 41 países da Europa, Ásia, África, Austrália, América do Norte e América Latina, representando cerca de uma centena de organizações nacionais e internacionais, vieram até nós para uma vez mais debater a situação desse país instalado numa pequena ilha do Mediterrâneo, acordar vias de solução, exprimir a solidariedade para com o seu povo.

Porquê? Que se passa em Chipre? O que é que está, de facto, na origem dos seus problemas?

Aviões aldeias de tendas e soldados

Não era o Líbano. Era Chipre. E, no entanto, no átrio do teatro Vilaret, onde decorreu a sessão inaugural da Conferência, como no pequeno filme que fez parte dessa sessão, lá estavam os desenhos das

rar situações. Mas como a própria Conferência viria claramente denunciar — a marca é a mesma. A marca de um agressor de encomenda — com os planos devidamente elaborados no mesmo centro — a NATO, o Pentágono.

Por isso essa semelhança inevitável. O traço infantil mos-

Em 1974, e com o pretexto do golpe fascista promovido pela Grécia contra o presidente Makários (um pretexto arranjava-se sempre...), a Turquia invadiu a ilha. Consequências: 36,4% do território ocupado por mais de 40 mil soldados, 200 000 cipriotas expulsos das suas casas, encontrando-se ainda na situação de refugiados (o que corresponde a um terço da população), mais de mil e seiscentos desaparecidos.

Nove anos após a invasão — como foi destacado na Conferência pelo Secretário-Geral do Comité Coordenador dos Partidos Políticos e Organizações de Massas de Chipre, Michael Tapakoudes, «nem um dos 200 mil refugiados teve au-

de Chipre, importando milhares de colonos da Turquia. Distribuíram ilegalmente casas e terras de cipriotas gregos expulsos à força. Emitiram os chamados «títulos» de propriedade, para estes imóveis. Substituíram a moeda legal de Chipre pela moeda da Turquia e têm ameaçado com a secessão e declaração unilateral e ilegal da independência».

Esta ameaça tem mesmo uma data — e uma data muito próxima — para a sua concretização: 6 de Novembro.

As origens do problema: posição estratégica

Ao primeiro pretexto para a invasão — o golpe fascista

cional do Partido socialista EDEK (de Chipre) — «denuncia» mesmo «a resistência armada com o argumento de que odeia a violência. Entretanto mantêm o seu mecanismo de opressão e exploração».

Mas não há pretexto que valha. Aliás, como é de notar, trata-se de pretextos absolutamente idênticos aos comumente invocados pelo imperialismo nas acções contra a vontade de independência, liberdade e progresso dos povos.

Os factos são excessivamente claros. Como afirmou o camarada Donis Christofinis, do AKEL (comunistas de Chipre), na conferência de imperialismo do balanço dos trabalhos da Conferência de Lisboa, «infelizmente Chipre é uma posição estratégica. É aí que está a raiz do nosso problema. Primeiro eram as bases inglesas — o preço da nossa independência. Muitas vezes usadas por forças estrangeiras contra os países vizinhos». Realidade que contrasta com o querer do povo de Chipre, que «quer a Paz e um país livre de tropas e bases estrangeiras», que desejaria, como afirmava o presidente Makários, «que Chipre fosse uma ilha de Paz».

INVASÃO DE GRANADA
Acto inqualificável

Ao tomar conhecimento da invasão de Granada pelas tropas dos EUA, em concurso com as de outros países submetidos ao domínio do imperialismo norte-americano, o Partido Comunista Português:

1. Condena com todo o vigor este acto de inqualificável arrogância e prepotência do imperialismo norte-americano contra um país soberano.

2. Denuncia a hipocrisia da argumentação da Administração Reagan («proteger vidas inocentes», «pôr fim ao caos», «impor a lei e a ordem») chamando a atenção para o facto de que o imperialismo norte-americano, aproveitando dificuldades internas surgidas em Granada, procura agora, pela força das armas, sufocar o processo revolucionário granadino que sempre hostilizou e impôs o seu domínio ao povo de Granada.

3. Chama a atenção para o carácter agressivo, sem precedentes, nos últimos anos, constituído pela invasão aberta e descarada de Granada pelas tropas do imperialismo norte-americano e seus fanteoches e para os perigos que tal

acção faz pesar, não apenas para a independência, a liberdade e o progresso do povo de Granada, mas para todos os povos da América Central e das Caraíbas objecto de permanentes provocações, ingerências e agressões por parte dos EUA.

4. A invasão de Granada constitui uma nova e brutal expressão da política militarista e agressiva conduzida pelo imperialismo norte-americano e pelos círculos mais reaccionários da NATO, política que põe em perigo a liberdade e independência de numerosos países e regiões do mundo e a paz mundial.

Perante a intensificação da luta libertadora dos trabalhadores e dos povos em todos os continentes e do poderoso movimento popular pela paz que se desenvolve na Europa e em todo o mundo, a administração Reagan intensifica a sua política de guerra e agressão. A invasão de Granada constitui uma enorme provocação contra a paz na tensa região da América Central e Caraíbas e contra a paz mundial.

5. O PCP exprime ao povo e às forças progressistas de Granada a sua inteira solidariedade face à invasão daquele país e à sua luta para defender a sua independência e soberania nacionais, o direito de determinar sem ingerências externas o seu próprio destino.

6. Certo de interpretar os sentimentos dos trabalhadores e dos democratas portugueses, o PCP reclama a pronta retirada das tropas norte-americanas de Granada e exige do Governo português uma inequívoca posição de condenação da invasão perpetrada contra o país soberano de Granada.

7. O PCP chama os trabalhadores os democratas, todos os amantes da paz a expressarem a sua firme condenação pela invasão imperialista de Granada, a sua solidariedade para com o povo granadino e demais povos da América Central e Caraíbas, a sua determinação de defender a paz.

25.10.83
O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português



A procura de familiares desaparecidos, um drama que atinge todas as famílias de Chipre

Tudo começou, — como afirmou o presidente do Conselho Mundial da Paz, Romesh Chandra —, numa reunião da NATO, realizada há 11 anos em Lisboa, em que participaram, como membros da organização, representantes da junta fascista grega e do governo turco de então. Ai foi decidido criar uma situação que permitisse a instalação de bases militares da NATO na ilha e a sua transformação, de país pacífico e não-alinhado, num «porta-aviões insubmersível», ao coração do Mediterrâneo, às portas do Médio Oriente.

Também na sua intervenção introdutória, o Secretário-Geral do Comité Coordenador dos Partidos Políticos e Organizações de Massas de Chipre, afirmou claramente: «A invasão turca não tinha como objectivo, como foi alegado, a restauração da ordem constitucional, violada pelo golpe de Estado da Junta grega, mas apenas a

irradiação do Estado de Chipre e a sua transformação numa base militar da NATO.»

Chipre luta pelo mundo
O mundo luta por Chipre

«A Conferência apoia totalmente a luta do povo de Chipre para conseguir a retirada das tropas de ocupação turcas e de todas as outras tropas estrangeiras e o desmantelamento de todas as bases militares estrangeiras e centros de treino em Chipre e a completa desmilitarização da ilha. (...) A Conferência acredita firmemente que a implementação das Resoluções das Nações Unidas acerca de Chipre e o estabelecimento de um Chipre completamente independente, soberano, íntegro do ponto de vista territorial, federal, não-alinhado, completamente desmilitarizado, beneficiará não apenas o povo de Chipre no seu

conjunto mas contribuirá também para o esforço de criar um Mar Mediterrâneo de Paz e conseguir a Paz e o desarmamento no Médio Oriente, na Europa e no Mundo.»

Um extracto da Declaração final da Conferência, em que ressalta a íntima ligação entre a solução do problema cipriota e a Paz. A íntima ligação entre a luta dos povos em cada país, e a luta geral contra a guerra, a luta premente de hoje contra a possibilidade de uma guerra nuclear.

Ligação sempre presente que se prende à necessidade de uma crescente consciência e mobilização das massas trabalhadoras, das massas populares.

Como afirmou Romesh Chandra, na sessão inaugural da Conferência, «é preciso que por detrás da ONU esteja a força dos povos». Essa a condição essencial para a Paz. Em Chipre, como no mundo.



Na zona ocupada pela Turquia, cipriotas turcos e gregos são tratados da mesma forma. Quem saberá dizer que futuro espera estes presos?

crianças — fortemente coloridos, como todos os desenhos de crianças — mas com os mesmos aviões despejando bombas, com os mortos espalhados pela terra, as aldeias de tendas dos desalojados.

É verdade — não era o Líbano. Ou o Vietnam. Não se podem até, naturalmente, compa-

trando, para maníacos de uma pretensa objectividade, os «dois lados», as «duas partes» em presença. De um lado um povo igual a todos os outros. Do outro os soldados e os aviões. Para submeter um povo e um país a designios alheios — os interesses do imperialismo.

torização para regressar e a sorte das pessoas desaparecidas permanece desconhecida. Durante este mesmo período, a Turquia e a direcção cipriota turca têm prosseguido nos seus planos para a consolidação da divisão e dos resultados da invasão. Tentaram (...) mudar a estrutura demográfica

promovido pela Grécia (!) — outros se lhe seguiram. Hoje fala-se de conflitos religiosos, da incapacidade de viverem juntas comunidades que de há muito existiam pacificamente. Na pretensão de legalizar os actos de agressão e ocupação, o agressor turco — como denunciou o secretário interna-

«O imperialismo não passará em Chipre»



O camarada Donis Christofinis

«A Coligação Democrática, no Poder, na parte não ocupada da ilha de Chipre, formada pelo Partido Comunista (AKEL) e pelo Partido Democrático, tem desenvolvido uma política anti-imperialista, não-alinhada, em prol da paz e do desarmamento.

Juntamente com as organizações de massas do nosso país, que incluem refugiados, estudantes, trabalhadores, mulheres, etc., vi-mos tentando por todas as formas pacíficas resolver o drama da ocupação de parte do nosso país pela Turquia.

Nós, tal como a maioria da população cipriota, defendemos a formação de um Estado Federado de Chipre, com duas províncias que, embora autónomas, estejam sob um governo central; defendemos

igualmente a saída das bases militares do nosso território, aspiração profunda das comunidades cipriota grega e cipriota turca, como ficou claro em Junho passado durante a manifestação de 25 000 pessoas realizada em Nicósia, contra as bases.

Sendo o AKEL o único partido que conta com cipriotas turcos entre os seus militantes, sentimo-nos à vontade para afirmar que o problema de Chipre não é entre gregos e turcos, mas sim entre forças progressistas e reaccionárias, entre defensores da independência e da paz e partidários da submissão ao imperialismo.

Apesar das diferenças reais entre as duas comunidades, somos um povo com a mesma raiz e muitos séculos de vida em comum.

Entre nós, sem a ingerência imperialista, podemos ultrapassar as divergências e viver em paz. Não é por acaso que a oposição popular à separação de Chipre continua a crescer.

Mas a nossa luta contra a invasão turca e os planos de divisão da ilha, que se insere na luta mais vasta pelo desarmamento e pela paz, exige a solidariedade internacional. Lutamos pela mesma causa e contra um inimigo comum: o imperialismo. Temos o direito de pedir essa solidariedade e sabemos que poderemos contar com ela. Sabemos que podemos vencer e venceremos. O imperialismo não passará em Chipre!»

(Depoimento ao «Avante!» do camarada Donis Christofinis, membro do Bureau Político do Comité Central do AKEL)